

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PIETRO GOMES VERDUM

**FUTEBOL E NEOLIBERALISMO:
UM EMBATE PARA ALÉM DAS QUATRO LINHAS**

Porto Alegre

2023

PIETRO GOMES VERDUM

**FUTEBOL E NEOLIBERALISMO:
UM EMBATE PARA ALÉM DAS QUATRO LINHAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Verdum, Pietro

Futebol e Neoliberalismo: um embate para além das
quatro linhas / Pietro Verdum. -- 2023.

80 f.

Orientador: Guilherme Ziebell de Oliveira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Futebol. 2. Neoliberalismo. 3. Hegemonia. 4.
Margareth Thatcher. 5. Racionalidade neoliberal. I.
Ziebell de Oliveira, Guilherme, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PIETRO GOMES VERDUM

**FUTEBOL E NEOLIBERALISMO:
UM EMBATE PARA ALÉM DAS QUATRO LINHAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 27 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Andrés Ferrari Haines

UFRGS

Prof. Dr. Hélio Afonso de Aguiar Filho

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a UFRGS pelo ensino público e de qualidade do qual fui beneficiário ao longo desta caminhada. Neste sentido, meu agradecimento é direcionado a todas as pessoas responsáveis por dar vida à universidade, sejam elas funcionários terceirizados, servidores, professores e alunos. Em especial, agradeço ao meu orientador, o Professor Guilherme Ziebell pela parceria neste projeto, sumarizada em conversas, conselhos, reflexões.

Agradeço aos meus pais pelo incentivo ao estudo que me foi dado durante os meus 24 anos de vida até aqui e pelo apoio em todas as decisões que tomei neste sentido. Contar com suporte deles foi fundamental para que eu pudesse traçar esta jornada que termina com a publicação desta monografia.

Aos meus velhos amigos, escrevo aqui os meus mais sinceros agradecimentos pelo companheirismo ao longo de toda a vida. Estes foram representados na pessoa do Chico, meu colega de curso e de formatura, ao qual envio um abraço especial.

Agradeço as minhas colegas – que se tornaram grandes amigas – durante a graduação. Ana, Ana, Gabi, Isa, Julia, vocês tornaram estes anos muito mais especiais. Foi um grande prazer passar juntos por todos esses momentos.

Maru, obrigado pela parceria durante todo esse tempo. Sou muito feliz de poder caminhar ao teu lado. Obrigado pelas conversas, pelos conselhos, pelos puxões de orelha e pelo apoio incondicional. Espero que eu esteja conseguindo retribuir da mesma maneira.

Por fim, como não poderia faltar em um trabalho como este, obrigado ao Sport Club Internacional. A existência desta instituição é parte importantíssima na construção de quem eu sou. É o Inter.

RESUMO

Este trabalho buscou investigar a construção e a consolidação do neoliberalismo como hegemonia, nos termos de Robert Cox (1981), no Reino Unido durante o período de governo de Margaret Thatcher (1979-1990); com o objetivo de compreender as transformações vividas pela sociedade e pelo sujeito desse tempo. Nesse sentido, o futebol, em suas dimensões políticas e sociais, serviu como elemento base para identificar as disputas entre modelos de racionalidade distintos que passam se chocar neste período de transição. Neste sentido, este trabalho, a partir da proposição teórica de Robert Cox, busca investigar este processo vivido pela sociedade inglesa que marcou uma inflexão em sua história, para isso realizando uma análise qualitativa de bibliografia sobre o tema discutido. A pergunta de pesquisa que dá origem a este trabalho é: entendendo o futebol como um fenômeno social, e utilizando-o como um *proxy* para a análise, quais foram os embates e transformações sociais presentes no processo de consolidação da hegemonia neoliberal no Reino Unido a partir do governo de Margaret Thatcher? Como resposta provisória ao problema de pesquisa a ser discutida ao longo do estudo, tem-se como hipótese que: durante o governo de Margaret Thatcher, como resultado da busca por construir uma nova racionalidade, baseada num modelo de sujeito individualizado e maximizador do seu autointeresse – a qual era necessária para a consolidação da hegemonia neoliberal –, o futebol foi palco de ações governamentais que visavam desmobilizar movimentos coletivos e populares, além de criminalizar as torcidas. O objetivo geral da pesquisa é entender, a partir do futebol, quais foram os embates e transformações sociais presentes no processo de consolidação da hegemonia neoliberal na Inglaterra a partir do governo de Margaret Thatcher. Ao longo do trabalho, foram encontrados dados que apontam para uma ativa luta traçada pelo governo Thatcher para transformar o futebol no país. A identidade do jogo, atrelada de maneira muito próxima à classe trabalhadora, era contrastante com o novo modelo de existência pregado pelo neoliberalismo. Deste modo, a criminalização e a repressão das torcidas, que culminaram em um novo modo de se viver o ambiente do futebol, atrelado ao consumo, foram fundamentais para a remodelação da sociedade.

Palavras-chave: Futebol. Neoliberalismo. Hegemonia. Racionalidade. Torcidas.

ABSTRACT

This essay was made to investigate the neoliberalism's building and the consolidation as an hegemony, in Robert Cox's (1983) terms, in the United Kingdom during Margaret Thatcher's term (1979-1990); aiming to understand the transformations in the society and in the individual of this moment. In that sense, football, in its political and social dimensions, will serve as a base element for identifying the disputes between rationality models that start to shock in this transitional period. The research question, therefore, will be: considering football as a social space, and utilizing it as a proxy for the analysis, which were the social transformations that were present in neoliberal hegemony's constitution in the United States from Margaret Thatcher's term? As an answer to this research question, the hypothesis developed is: during Thatcher's term, as a result from a tentative to build a new rationality, based in a new subject model, individualized and self-interested – that was necessary for the neoliberal hegemony consolidation – football was the stage of governmental actions aiming to demobilize collective and popular movements, and criminalize football fans. The project's objective is to understand, through football, which were the clashes and transformations presents in the neoliberal hegemony consolidation in the United Kingdom. For this reason, this essay, starting from Cox's theoretical contributions, aims to investigate this process that English society was submitted to that changed its history. To do this, a qualitative analyst of bibliography about the chose theme was made. During the research, data that points to an active fight launched by Thatcher's government aiming to transform football in the country. The game's identity, aligned with the working class, was contrasting with the new model of life and existence preached by neoliberalism. For this reason, fans criminalization and repression, that leded to a new way of experiencing football, bonded to consumption, were fundamental to society's remodeling.

Keywords: football, neoliberalism, hegemony.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A CONSTRUÇÃO E A INTERPRETAÇÃO TEÓRICA DA HEGEMONIA NEOLIBERAL	24
2.1	ROBERT COX E A CONSTRUÇÃO DAS HEGEMONIAS	24
2.2	A HEGEMONIA NEOLIBERAL: UM OLHAR TEÓRICO	31
3	MARGARET THATCHER E O NOVO EXISTIR	41
4	O INDIVÍDUO E A BOLA: O NEOLIBERALISMO CONTRA O FUTEBOL.....	57
5	CONCLUSÃO	75
	REFERÊNCIAS.....	80

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura debruçar-se sobre um dos inúmeros eventos e processos históricos que mudaram o eixo do caminhar da humanidade: a construção e a consolidação do neoliberalismo como hegemonia no Sistema Internacional; tendo como objeto de análise o futebol. Nesse sentido, o Reino Unido dos anos de governo de Margaret Thatcher (1979-1990) será o espaço geográfico e temporal a ser analisado. A escolha por este cenário se dá pois, nesta localidade, é possível perceber um profundo encontro entre os dois elementos centrais da pesquisa. Nos anos de mandato de Thatcher, o Reino Unido se consolidou como um dos primeiros países centrais do capitalismo a realizar a transição para um modelo neoliberal (HARVEY, 2005). Além disso, a importância do futebol no país é notória; ademais de ser o berço do esporte em sua expressão moderna, a cultura futebolística mexe com grandes parcelas da população e possui influência significativa no ambiente social, político e econômico (RUSSELL, 1999). O ponto a ser abordado aqui é que o futebol, neste caso, se torna um espaço de disputa entre lógicas contrastantes; de um lado encontram-se os aspectos coletivos constitutivos do jogo e as relações sociais que dele surgem; de outro, os processos de construção de consenso ao redor do neoliberalismo que moldam novas racionalidades e comportamentos que partem de um sujeito individualizado e autointeressado (CASARA, 2021). Assim, o futebol servirá como um *proxy* para que seja possível analisar este processo de consolidação hegemônica (COX, 1983) que veio a transformar a sociedade britânica e da maior parte do mundo capitalista desde a década de 1980.

O debate acerca do neoliberalismo necessita que seja ultrapassada a discussão sobre um mero modelo de gestão econômica. O primeiro olhar dado a este fenômeno complexo partirá da conceituação de “hegemonia” nas Relações Internacionais proposta por Robert Cox (1983), que tem suas origens nas reflexões do filósofo italiano Antonio Gramsci, nos Cadernos do Cárcere. Gramsci, segundo Cox, classificou a dominação burguesa na sociedade com base em dois elementos, a coerção e o consenso, a partir da construção imagética do “Poder” como um centauro (metade homem, metade fera) feita por Maquiavel alguns séculos antes. Gramsci, assim, veio a redefinir a noção de Estado, que passava a conter também os fundamentos da estrutura política da sociedade, ou seja, aquelas instituições que ajudavam a formar nos cidadãos certos modos de comportamento que eram condizentes com a ordem hegemônica estabelecida – como a igreja, a imprensa, o sistema educacional (COX, 1981). Cox (1981), retomando o filósofo

italiano, acrescenta que quando o consenso prevalece sobre a coerção como a maneira de determinar a conformidade dos modos de agir e a adoção dos princípios ideológicos de quem governa na maior parte do tempo para o maior número de pessoas, a hegemonia está consolidada.

A partir disto, o neoliberalismo pode começar a ser discutido, não somente em sua esfera econômica, mas carregando o entendimento de que os elementos sociais, políticos, ideológicos e psicológicos que o compõem são fundamentais para a sua consolidação e compreensão. O neoliberalismo, como teoria, nasce como uma alternativa ao Estado intervencionista e de bem-estar que se tornou hegemônico a partir da Crise de 1929 e da reconstrução europeia no pós-Segunda Guerra Mundial (ANDERSON, 1995). Em linhas gerais, a teoria propõe um ataque contra qualquer limitação ao mercado por parte do Estado; afinal, isto significaria uma ameaça à liberdade econômica e política. Esse arcabouço teórico se reflete na prática com a fundação da Sociedade *Mont Pèlerin* em 1947. Famosos intelectuais ligados a correntes mais radicais do liberalismo passaram a se reunir, a cada dois anos, na cidade homônima ao grupo na Suíça, para traçar estratégias com uma finalidade clara: combater o keynesianismo e o socialismo, buscando promover um novo e reformado capitalismo (ANDERSON, 1995).

Na emergência dos anos de 1970, passa a germinar, de maneira mais enfática, o neoliberalismo como ideologia política (ANDERSON, 1995). Em 1973, o mundo vivia o fim da era de ouro do capitalismo intervencionista. A crise daquele ano, mais uma nascida das contradições do sistema, era acompanhada, também, pelas baixas taxas de crescimento e pelas altas taxas de inflação (ANDERSON, 1995). Os gastos sociais haviam aumentado consideravelmente nos 30 anos anteriores; o desemprego estava em patamares baixos, assim como as taxas de lucro das empresas. As respostas a este cenário trazidas naquele momento pelos adeptos da Sociedade de *Mont Pèlerin* visavam uma suposta reorientação da lógica do capital; reinventando o sistema, que nos moldes de então era considerado falho e submisso ao Estado (ANDERSON, 1995).

O Reino Unido, ao final da década de 1970, enfrentava uma conjuntura política e econômica de instabilidade e incertezas. As consequências negativas do desenvolvimento do Estado de bem-estar social, nos moldes adotados, começaram a ganhar relevância neste período (JUDT, 2014). Os encargos públicos atingiam níveis preocupantes; a população estava envelhecendo, ao passo que a taxa de natalidade diminuía; os níveis de crescimento não eram elevados como outrora. Em termos políticos, ocorre na Inglaterra, neste momento, uma implosão

do trabalhismo, que não foi hábil o suficiente para lidar com o problema que se avizinhava (JUDT, 2014). Abriu-se caminho para que o Partido Conservador retornasse ao poder, e naquele momento, a figura de destaque entre os *tories*¹ era, justamente, Margaret Thatcher. A Dama de Ferro, como ficou conhecida, marcou uma virada no presente e no futuro do Reino Unido (JUDT, 2005). Em terras britânicas foi implementado o modelo mais puro de neoliberalismo, contando com contração da emissão de moeda; elevação da taxa de juros; diminuição dos impostos para os altos rendimentos; abolição de controles financeiros; elevação massiva do índice de desemprego; combate a greves; imposição de uma nova lei anti-sindicatos; corte de gastos sociais; e privatizações, que incluíam as habitações públicas, as indústrias básicas, como o aço e o petróleo, além da eletricidade, do gás e da água (ANDERSON, 1995).

A experiência neoliberal britânica, juntamente com a chilena² e a estado-unidense³, marcou um redirecionamento da história do planeta (ANDERSON, 1995). Um novo modelo de Estado que foi desenhado para atender e garantir que os interesses do grande capital fossem cumpridos tornou-se o padrão ao redor do globo, adaptando-se a diferentes conjunturas e contextos. De maneira categórica, o geógrafo inglês David Harvey (2005) afirma que o real objetivo da virada neoliberal do fim do Século XX era a recuperação do poder da classe capitalista em relação à classe trabalhadora. Isso era da ordem do dia já que, durante o período anterior, em que a social democracia era o modelo vigente, a diferença de poder entre as classes havia diminuído. Casara (2021) afirma que o neoliberalismo surge como uma solução para a crise do modelo liberal, e, ao encontro de Harvey, afirma que o Estado neoliberal trabalha para e em função dos detentores do poder econômico. Há, assim, uma reconfiguração da luta de classes; um novo projeto hegemônico cresce no seio das sociedades e transforma as relações internacionais, sociais e interpessoais (CASARA, 2021).

¹ Termo pelo qual são conhecidos os membros e apoiadores do Partido Conservador no Reino Unido (TORY, 2023)

² O neoliberalismo no Chile foi colocado em prática a partir do golpe de estado sofrido por Salvador Allende, então presidente de esquerda do país, perpetrado pelos militares com o apoio da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) no ano de 1973. O general Augusto Pinochet assumiu o governo e presidiu o país de maneira ditatorial por 17 anos. Seu governo ficou marcado pela violação dos direitos humanos, pelo cerceamento da liberdade política dos seus opositores, pelas privatizações e pela desestruturação dos serviços públicos de seguridade social (SIMON, 2021)

³ O neoliberalismo nos Estados Unidos (EUA) se inicia a partir da eleição do republicano Ronald Reagan no ano de 1981. Entre as decisões políticas mais importantes, é possível citar o rearmamento focado em competir militarmente com a União Soviética e enfraquecer sua economia; a redução de impostos, o combate aos sindicatos, a elevação da taxa de juros e um reaquecimento do sentimento anticomunista dentro das fronteiras estadunidenses (ANDERSON, 1995).

Neste ponto, a inquietação que passa a surgir está relacionada com a tentativa de compreensão do que levou, e ainda leva, à consolidação do neoliberalismo como um modelo político e econômico, mas também como uma racionalidade e uma normatividade que molda o comportamento dos seres humanos. Um sistema que, desde a fundação da Sociedade *Mont Pèlerin*, defende a existência de uma “saudável desigualdade social” – e que na prática, ao longo de 30 anos conseguiu reverter uma tendência à redução desta diferença entre os mais ricos e os mais pobres da sociedade – precisa de recursos ideológicos muito potentes para sustentar-se frente, por exemplo, a uma classe trabalhadora que, ao longo deste período, enfrenta, inegavelmente, perdas de direitos e de poder político, mas que parece cada vez menos combativa frente ao grande capital (ANDERSON, 1995; HARVEY, 2005).

A partir disto, busca-se entender como este consenso se forma de maneira prática; entender como a transformação nas esferas social e individual ocorreu. Para isso, o futebol será utilizado como um espaço para que seja possível identificar e acompanhar esse processo de hegemonização do neoliberalismo no Reino Unido. A escolha por essa lente se justifica pois o futebol movimenta elementos coletivos que extrapolam os limites individualizantes estipulados pela doutrina neoliberal. Assim, no contexto inglês, em que este esporte é parte do cotidiano da população quase na sua integridade, o futebol se torna um espaço de importância política, em que se chocam racionalidades distintas e contrastantes, e as lutas sociais se materializam.

O futebol tem seu berço no Reino Unido. Em novembro de 1863, as quatorze regras iniciais foram publicadas pela então formada Federação Inglesa de Futebol (FA). O amadurecimento do esporte, sua evolução em termos técnicos e físicos e a profissionalização ocorreram primeiramente em terras britânicas. Para quem acompanha de fora do campo, o futebol se tornou uma paixão nacional, configurando-se como o esporte mais popular do país (KITCHING, 2015). Conforme Russell (1999), o futebol no Reino Unido entrou rapidamente no cotidiano da classe trabalhadora, e, neste sentido, carrega em sua identidade muitos dos valores que estão presentes neste grupo social. É neste contexto, de uma estabelecida importância do futebol na sociedade inglesa, que o trabalho enquadrará o esporte como um espaço de disputa social em que há o choque entre racionalidades distintas e que produz uma determinada síntese.

No que tange à discussão do presente trabalho, conforme Gaffney (2008) argumenta, os estádios de futebol se tratam de espaços onde são compartilhadas emoções por múltiplas e diversas pessoas em um mesmo local, em um determinado momento do tempo. Assim, nestes

espaços se promove um senso de participação, coloca-se o indivíduo como integrante de algo maior, de uma coletividade. Casara (2021) afirma que um dos principais elementos que constituem a formação do processo de hegemonia neoliberal é, justamente, a atomização e a individualização do sujeito, que passa agir a partir de cálculos racionais autointeressados. Assim, vemos aqui um choque entre elementos pertencentes a racionalidades contrastantes e que formam, dessa maneira, um interessante objeto para que seja possível analisar os desdobramentos do estabelecimento do neoliberalismo no contexto do Reino Unido. Os anos em que Thatcher governou o país foram palco de importantes mudanças no contexto do futebol e da cultura futebolística. Sob pretexto de combater o hooliganismo, as arquibancadas foram extintas; o preço dos ingressos subiu; os estádios foram reformados, transformando a maneira de torcer; a classe trabalhadora foi afastada dos estádios (CAMPBELL, 2022). Além disso, Duke (2002) cita que a transformação do futebol do Reino Unido em um produto, ligado ao grande capital, aos anunciantes e à televisão, em detrimento da cultura e das tradições de quem vive o jogo, é um fato incontestável. Laval (2020), recuperando Bourdieu, afirma que a preservação dos espaços coletivos em que o autointeresse não é a tônica dominante é um dos principais pontos de combate, ou de estabelecimento de freios, ao avanço neoliberal. Assim, é possível começar a entender o porquê de o futebol ter se desenhado como um elemento de atrito entre racionalidades que contrastam.

A partir do exposto acima, busca-se aprofundar o debate acerca do neoliberalismo. Entendê-lo além da sua expressão econômica e discutí-lo a partir de um elemento que está fora do *mainstream* da análise política tradicional proporcionará um olhar distinto para o estabelecimento da hegemonia neoliberal e da racionalidade e normatividade que a compõe. Partindo da contribuição teórica de Robert Cox (1981; 1983), a pergunta de pesquisa que norteará o presente trabalho é a seguinte: entendendo o futebol como um fenômeno social, e utilizando-o como um *proxy* para a análise, quais foram os embates e transformações sociais presentes no processo de consolidação da hegemonia neoliberal no Reino Unido a partir do governo de Margaret Thatcher? Como resposta provisória ao problema de pesquisa a ser discutida ao longo do estudo, tem-se como hipótese que: durante o governo de Margaret Thatcher, como resultado da busca por construir uma nova racionalidade, baseada num modelo de sujeito individualizado e maximizador do seu autointeresse – a qual era necessária para a consolidação da hegemonia

neoliberal –, o futebol foi palco de ações governamentais que visavam desmobilizar movimentos coletivos e populares, além de criminalizar as torcidas.

Neste sentido, o presente trabalho possui, como objetivo geral entender, a partir do futebol, quais foram os embates e transformações sociais presentes no processo de consolidação da hegemonia neoliberal na Inglaterra a partir do governo de Margaret Thatcher. Com isso, o conceito de hegemonia trazido por Cox (1981; 1983) poderá ser instrumentalizado na discussão acerca deste processo histórico no Reino Unido, e será possível ampliar a compreensão acerca do desenvolvimento do neoliberalismo em suas múltiplas faces e dinâmicas, que envolvem diferentes aspectos de uma sociedade.

Em termos de objetivos específicos, fundamentais para estruturar o caminho de pesquisa a ser desenvolvido, buscar-se-a: trabalhar com as ferramentas de análises e com as proposições teóricas de Robert Cox acerca da construção de hegemonia no âmbito das Relações Internacionais, buscando analisar como o caso do Reino Unido de Thatcher se enquadra nesse modelo; explicitar o processo histórico e político de consolidação do neoliberalismo como hegemonia, percorrendo o nível de análise das Relações Internacionais e também em termos mais individuais ao trabalhar com os impactos dessa transformação no sujeito deste tempo. Além disso, objetiva-se aprofundar o debate acerca do futebol como um elemento de promoção de coletividade; entender como o futebol é atravessado pelo neoliberalismo; compreender de que maneiras o futebol constitui-se como um espaço de resistência a essa racionalidade dominante; identificar e compreender as ações tomadas pelo governo inglês que tiveram impacto no ambiente futebolístico do país; e entender, a partir do contexto inglês, como esse fenômeno se deu globalmente.

Em termos metodológicos, a discussão se baseará na leitura e análise da literatura, disponível em livros, artigos e revistas científicas, relacionada aos diferentes aspectos que circundam o tema. Neste sentido, o primeiro movimento será o de explorar, a partir da formulação teórica de Robert Cox (1981; 1983), a formação e a consolidação do neoliberalismo no mundo, buscando apreender os fenômenos sociais e internacionais a elas ligados. O objetivo, neste aspecto, é entender como se deu a cristalização de uma nova hegemonia no Sistema Internacional, em que se desenvolve um novo modelo de estado e um novo modelo de sujeito. Além disso, também será realizada uma busca nas literaturas de sociologia e psicologia que

conversem com a proposição teórica de Cox, para assim ser possível mapear, especificamente, a transformação do indivíduo promovida pelo neoliberalismo.

Tendo selecionado o Reino Unido como recorte geográfico para a pesquisa, será realizada uma investigação do processo de hegemonização do neoliberalismo no país, buscando entender mais especificamente como essa transformação social, política e econômica se deu, com um olhar atento aos elementos sociais que poderão ser relacionados à cultura futebolística britânica. Conseqüentemente, o próximo passo será adentrar na bibliografia relacionada ao futebol, com ênfase nos materiais que analisem a dimensão social e psicológica do esporte. Neste aspecto, a pesquisa procurará compreender como a sociedade inglesa daquele período era influenciada pelo futebol, considerando, aqui, os reflexos que este esporte produzia socialmente e os impactos que estes elementos geravam na construção de um modelo de civilização, de comportamentos, de relações interpessoais. Com isto identificado, o objetivo será entender a relação entre os objetivos políticos traçados pelo governo neoliberal de Thatcher e as medidas práticas adotadas por ela no que diz respeito ao mundo do futebol no Reino Unido, utilizando-se de materiais publicados na imprensa e nos arquivos das legislações relacionadas ao tópico que foram aprovadas no período.

O neoliberalismo, desde a década de 1980, tornou-se a lógica econômica, política e social na quase totalidade do Sistema Internacional (HARVEY, 2005). Os processos de globalização tiveram papel importante na disseminação destas ideologias e racionalidades, tanto no nível das sociedades e coletividades, quanto no aspecto individual (CASARA, 2021). Nesse sentido, torna-se relevante trabalhar com um tema atual e que afeta diretamente a vida cotidiana e social. Para as Relações Internacionais, é imprescindível discutir este elemento que condiciona e serve como instrumento para que sejam estruturadas as relações de poder, as hegemonias e os papéis que cada nação e indivíduos cumprem no sistema internacional capitalista (COX, 1994). Pesquisando, refletindo e escrevendo a partir da periferia do sistema capitalista, torna-se fundamental que sejam compreendidos os efeitos práticos que a racionalidade e a normatividade neoliberais produzem nas sociedades e seres humanos que estão do lado de cá. Este talvez seja um dos primeiros passos para que alternativas possam florescer. Despir o neoliberalismo, expondo o coração teórico e prático que o sustenta, é um movimento de grande relevância, afinal o sistema existe para alguns e a serviço de alguns; sendo assim, identificar a narrativa meritocrata do neoliberalismo é mais do que necessário. Além disso, a produção científica desenvolvida a partir

da universidade pública, como uma instituição que precisa promover uma ruptura com o modelo neoliberal, inclusive para garantir a sua sobrevivência, se reveste de importância social.

O futebol serve como ponto focal para a pesquisa pois trata-se de um fenômeno global, praticado em todos os cantos do planeta, e que se constitui como um espaço de disputa entre, de um lado, a essência coletiva do jogo, seu caráter popular e democrático; e de outro, uma racionalidade individualizadora e promotora da maximização do autointeresse. Configura-se, assim, uma importância não somente teórica ao se compreender os elementos constituintes dessa transformação, mas também uma relevância social, ao colocar em discussão possíveis caminhos diferentes a serem trilhados. Para o Brasil, isso é ainda mais relevante pois o futebol é, no país, uma grande paixão nacional e este enfrenta processos semelhantes aos que ocorreram no Reino Unido no período que será trabalhado nesta pesquisa. Assim, entender as dinâmicas e as consequências das ações de Thatcher é fundamental para a defesa do futebol brasileiro como um esporte popular e um espaço democrático.

No que tange às Relações Internacionais, este trabalho almeja promover um debate acerca das transformações que os sujeitos, de seus determinados tempos, enfrentam ao viverem sob determinadas hegemonias e modelos de vida. Por vezes, homogeniza-se um modelo de ser humano, porém é preciso que se desvelem determinadas camadas ideológicas e comportamentais que são introduzidas a partir justamente desse consenso e dessa coerção sobre os quais Cox e Gramsci trataram.

Em termos estruturais, buscando organizar e cumprir os objetivos propostos, este trabalho está organizado em três capítulos, além desta introdução e da posterior conclusão. O primeiro capítulo servirá para que seja realizada uma revisão das contribuições teóricas que dão sustentação à pesquisa; passar-se-a por Cox (1981; 1983) para discutir a conceituação de hegemonia para as Relações Internacionais, e também pelas discussões acerca da normatividade e da racionalidade neoliberal que formam o sujeito que consente com a ordem estabelecida dentro desta realidade. O segundo capítulo traz uma análise do processo histórico do neoliberalismo inglês, o foco de estudo deste trabalho, enfocando, principalmente, pelos aspectos políticos e econômicos. Busca-se, assim, compreender a base material que dá sustentação a, e é sustentada por, uma superestrutura que vem a determinar o predomínio do consenso ao redor da hegemonia neoliberal. No terceiro capítulo, o futebol será o protagonista, funcionando como um elemento que ajudará a compreender os embates e as transformações sociais presentes neste processo de

consolidação hegemônica; e com isto, busca-se identificar os movimentos traçados pela elite política e os conflitos que o choque entre racionalidades distintas acabou por gerar.

2 A CONSTRUÇÃO E A INTERPRETAÇÃO TEÓRICA DA HEGEMONIA NEOLIBERAL

De maneira inicial, é preciso entender que a proposição teórica escolhida para sustentar a pesquisa serve como uma lente que permite que determinados aspectos da realidade internacional possam ser apreendidos e discutidos pelo pesquisador, fornecendo os instrumentos para que esta aproximação possa ser desenvolvida. No que diz respeito às Relações Internacionais, como disciplina acadêmica, são várias as possibilidades de interpretação ontológica e epistemológica do mundo, e, neste sentido, a primeira preocupação que surge na pesquisa é encontrar um ponto de partida teórico que possua características e um instrumental coerente com o que é pretendido por quem se propõe a pensar aquele assunto a partir de um ponto de vista e carregando determinados objetivos analíticos.

Com relação a este trabalho, o anseio acadêmico e pessoal de entender as raízes sociais e até mesmo individuais da consolidação do neoliberalismo como sistema normativo reinante nas últimas décadas exige uma base teórica que forneça instrumentos capazes de explorar estes elementos. Neste sentido, o neoliberalismo será discutido a partir do que Robert Cox (1983) propõe com a conceituação de Hegemonia nas Relações Internacionais. Posteriormente, na segunda parte do capítulo, o neoliberalismo será discutido como conceito, apresentando a sua estruturação como teoria que permitirá que seja possível identificar os caminhos práticos de sua consolidação como racionalidade hegemônica.

2.1 ROBERT COX E A CONSTRUÇÃO DAS HEGEMONIAS

As Relações Internacionais, fundadas como disciplina acadêmica a partir da segunda década do Século XX, foram desenvolvidas nos centros de pesquisa das principais universidades da Europa e dos Estados Unidos. Naquele tempo e naqueles lugares, o combustível para pensar a política internacional era o horror da Primeira Guerra Mundial (1914-1919); e os pesquisadores buscavam entender o que os tinha levado até ali e quais eram os possíveis caminhos para que aquilo não voltasse a ocorrer (ACHARYA, BUZAN, 2019). Neste sentido, em termos teóricos, o liberalismo liderou a agenda da disciplina no período que se iniciava. Não obstante, a Segunda

Guerra Mundial irrompe em 1939, e os esforços dos liberais e seus apelos anti-guerra acabaram em ruínas. Carr (1964) publica seu contraponto, afirmando que os liberais –por ele chamados de utópicos – se preocuparam em pensar em como o mundo deveria ser, esquecendo-se do principal, que é a reflexão sobre como o mundo de fato é. Assim, desenha-se o primeiro grande debate das Relações Internacionais, entre liberais e realistas, que passam a dominar o *mainstream* da disciplina (DEVETAK, BURKE, GEORGE; 2012). Por mais diferentes que possam parecer, as duas correntes foram criadas, basicamente, nos mesmos locais e olhando para os mesmos elementos.

Contrapondo-se a ambos, Cox (1981) inicia sua obra por afirmar que o conhecimento, e sua produção, são frutos de determinadas escolhas daqueles que se propõem a refletir sobre algum objeto, havendo, assim, certa arbitrariedade para definir o que se estuda, como se estuda e por onde se estuda. Neste ponto, Cox busca contestar as tradições clássicas da disciplina de Relações Internacionais que separam o Estado da sociedade civil. Para ele e para o modelo teórico por ele desenvolvido, com o objetivo de desenhar um novo método para compreender as relações internacionais, a entidade básica da disciplina passa a ser o par estado e sociedade, sendo ambos compreendidos como constituintes de uma relação bidirecional. Assim, segundo ele, torna-se possível ter cuidado ao não sobrevalorizar nem desvalorizar o poder estatal, mas, ao mesmo tempo, dar a devida atenção para as forças sociais e processos e entender como estes se relacionam com o desenvolvimento dos Estados e das ordens mundiais (COX, 1981).

Antes de prosseguir, é necessário entender a leitura acerca do conhecimento e das teorias trazida à discussão por Cox (1981). Em primeiro lugar, o autor afirma que a teoria é sempre feita para alguém e para algum propósito; distanciando-se assim, de um tipo de ciência que se presume neutro e que coloca o pesquisador à margem do que se discute. Além disso, Cox adiciona que as teorias políticas e sociais estão sempre conectadas à história; sempre ligadas a uma consciência que é historicamente condicionada e que produz determinados questionamentos e possíveis respostas; e, neste sentido, o autor salienta a necessidade de que a reflexão esteja consciente e atenta a isso (COX, 1981).

Com isto posto, o passo seguinte de Robert Cox (1981) é separar as teorias com relação aos seus propósitos. O primeiro deles dá origem às teorias de solução de problemas; estas entendem o mundo como o encontram, a partir das relações sociais e de poder já existentes, e têm como objetivo fazer com que as relações e as instituições dentro deste contexto funcionem de

maneira mais fluida, lidando com fontes específicas de problemas. Como não se contesta esses padrões que são tomados como dados, estes modelos teóricos possuem a tendência de acabar por reificar o *status quo*.

Do outro lado do espectro, o segundo tipo teórico identificado por Cox, e no qual ele se enquadra como pesquisador, diz respeito à teoria crítica. Esta tem como base o questionamento acerca da ordem vigente; perguntando-se como ela surgiu e como se sustenta. As instituições e as relações sociais e de poder não são tidas como um pressuposto, mas, sim, como parte constituinte da realidade, atreladas aos processos históricos que as formaram. A teoria crítica possui a capacidade de produzir possíveis alternativas ao estado atual das coisas; ela pode, destarte, servir como um guia para a ação daqueles que buscam a transformação (COX, 1981).

Como antecipado anteriormente, este trabalho parte da contribuição teórica crítica de Robert Cox, que utiliza do conceito de “hegemonia” para estruturar sua análise das relações internacionais. A construção desta ferramenta parte, primeiramente, dos escritos do ex-líder do Partido Comunista Italiano, Antonio Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*⁴, redigidos entre 1929 e 1935. Naquele momento, Gramsci buscava analisar a sociedade capitalista com o objetivo de construir uma forma de estado alternativa baseada na classe trabalhadora (COX, 1983). Cox afirma, então, que Gramsci não tratou diretamente das relações internacionais em suas obras, mas que suas ideias e reflexões forneceram importantes contribuições para pensar a ordem internacional. Em um artigo datado de 1983, Cox propõe uma lente para que se possa observar e analisar o mundo, tendo como elementos basilares os pontos levantados por Gramsci algumas décadas antes (COX, 1983).

Adentrando especificamente no conceito de hegemonia, é importante entender suas origens. Primeiramente, Gramsci, segundo Cox (1983), afirma que os conceitos são elásticos e moldáveis, atingindo a precisão apenas ao entrarem em contato com a situação particular que eles ajudam a explicar; assim, precisam estar atrelados ao momento histórico com o qual estão a se relacionar, necessitando de constante revisão e desenvolvimento. São dois os elementos principais que originaram a construção da conceituação *gramsciana* de hegemonia: os debates e estratégias desenhados na Terceira Internacional referentes à Revolução Bolchevique na Rússia em 1917 e os escritos de Maquiavel ainda no século XVI. No que tange ao primeiro, no começo

⁴ Conjunto de 29 cadernos escritos por Antonio Gramsci ao longo dos doze anos nos quais foi prisioneiro político na Itália governada por Benito Mussolini. Estas obras não possuem uma organização padrão, tendo sido publicadas de diferentes maneiras ao longo da história.

do período revolucionário na Rússia, discutia-se o processo de criação do Estado Soviético; neste contexto, Lenin referia-se ao proletariado russo como uma classe dominante e dirigente, com a dominação significando ditadura com relação aos opositores, e direção significando a liderança com o consenso das classes aliadas. A partir dessa ideia, Gramsci, transporta o conceito, aplicando-o à burguesia, e, mais especificamente, aos aparatos e mecanismos hegemônicos da classe dominante no capitalismo. Essa passagem permite que Gramsci amplie sua definição de Estado, que deixa de ser apenas a entidade administrativa, executiva e coercitiva, passando a conter os fundamentos da estrutura política na sociedade civil; ou seja, aqueles elementos que criam nos cidadãos certos modos de comportamento e expectativas que são consistentes com a ordem hegemônica. Em termos concretos, é possível citar como exemplos a igreja, o sistema educacional e a imprensa (COX, 1983).

O segundo elemento tratado por Gramsci, conforme Cox (1983), ao conceituar hegemonia tem origem no que seu conterrâneo, Nicolau Maquiavel, escreveu quatro séculos antes. Na clássica obra *O Príncipe*, Gramsci encontrou a construção imagética do “Poder” como um centauro (metade homem, metade fera), que significavam, respectivamente, o consenso e a coerção. Gramsci, então identifica que quando o consenso prevalece sobre a coerção como a maneira de determinar a conformidade dos modos de agir e a adoção dos princípios ideológicos de quem governa na maior parte do tempo para o maior número de pessoas, a hegemonia está consolidada. A coerção, por sua vez, sempre estará presente, porém será aplicada somente em casos marginais e específicos. Segundo Cox (1983), essa conexão de Gramsci com Maquiavel libera o conceito de poder – e de hegemonia como uma de suas formas – de uma associação a determinada classe social de determinado tempo, garantindo maior aplicabilidade no que diz respeito a relações de poder e subordinação, incluindo, conseqüentemente, as relações internacionais. Assim, Cox consegue justificar a possibilidade de utilização da hegemonia como conceito para as investigações a serem realizadas dentro da área de Relações Internacionais, e, desta vez, não realizando uma análise somente no nível dos Estados, mas dando grande importância para as realidades sociais que, como citado anteriormente, co-constituem a entidade básica da disciplina (COX, 1983).

Dando sequência a sua reflexão, Cox (1983) apresenta outro conceito *gramsciano* de grande importância para esta pesquisa. A noção de “bloco histórico”, cunhada pelo italiano em suas obras, funciona como a unidade que sumariza e materializa uma exemplificação do processo

hegemônico nas sociedades e se constitui como um conceito dialético no sentido de que a interação de diferentes elementos cria uma unidade mais ampla (Cox, 1983). Estes elementos foram descritos, acompanhando o modelo de Karl Marx (2008), já que um bloco histórico é composto pela estrutura e pela superestrutura. Neste sentido, a estrutura diz respeito à esfera econômica, à esfera da produção – seus constituintes físicos e suas relações –, enquanto a superestrutura diz respeito às complexas formas sociais, aos elementos jurídicos e políticos, por exemplo, que constituem a sociedade. Neste ponto, Cox (1983) ressalta que a grande contribuição promovida por esta abordagem conceitual é que ela permite entender que as ideias e as condições materiais estão sempre conectadas e se influenciam mutuamente. Ou seja, as superestruturas da ideologia e da organização política modelam e, ao mesmo tempo, são modeladas pelos aspectos da produção, a estrutura.

Prosseguindo, Cox (1983) busca amarrar os conceitos de bloco histórico e hegemonia. Este processo é central para a esquematização teórica e factual a ser desenvolvida na pesquisa, afinal, é a partir deste instrumental que será pensada a consolidação hegemônica neoliberal na Inglaterra de Margaret Thatcher. O autor afirma que um bloco histórico não pode existir sem a presença de uma classe social hegemônica; quando esta mantém a coesão e a identidade dentro do bloco, tem-se a hegemonia. O movimento em direção à hegemonia se constrói a partir da passagem da estrutura para a superestrutura, no sentido que os interesses de determinado grupo que está no poder percorrem um processo de institucionalização e de construção ideológica que tem como finalidade última torná-los aparentemente universais (COX, 1983).

Cox (1983), como teórico de Relações Internacionais, afirma que o processo de consolidação de uma ordem mundial, a partir de uma hegemonia mundial, é, em sua base, uma expansão para fora das fronteiras da hegemonia nacional estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura e a tecnologia associadas a essa hegemonia nacional se tornam padrões a serem emulados no exterior. Para o Estado se tornar uma hegemonia internacional, ele precisa, então, encontrar e proteger uma ordem mundial que seja tida como universal em sua concepção e compreensão, ou seja, uma ordem que a maioria dos Estados entenda como compatível com os seus interesses, sejam eles autênticos e independentes, ou não. Com este fim, tem-se a atuação da sociedade civil em nível internacional, a superestrutura, que se relaciona com o modo de produção que aglutina diferentes classes de diferentes locais (COX, 1983).

Assim, hegemonia no nível internacional não é meramente uma ordem entre os Estados, mas sim, uma ordem dentro da economia global com um modo de produção dominante que penetra em todos os países. É, também, um complexo de relações sociais internacionais que conectam as classes sociais dos diferentes países. É, portanto, uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política – e as três juntas. Podendo, também, de ser expressa em normas universais, instituições e mecanismos que modelam o comportamento dos estados e das forças da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais (COX, 1983).

Desenvolvendo em termos metodológicos o que vem a chamar de “Teoria Crítica”, Cox (1981) fornece as premissas básicas que modelam o estudo de uma determinada relação de poder em uma sociedade ou no âmbito internacional. Estas servem de base para que seja possível começar a pensar o neoliberalismo da maneira aqui proposta. Em primeiro lugar, Cox afirma que a ação, independente da instância em que ela ocorra, nunca é totalmente livre, estando sempre entranhada em um contexto histórico; e a teoria crítica começaria pela investigação justamente dessa estrutura histórica que envolve o objeto. Em linhas gerais, o autor baseia-se em uma lógica dialética, entende as relações de poder no Sistema Internacional como sendo de dominação e subordinação, toma grande preocupação com a relação entre o Estado e a sociedade civil, e foca no processo de produção como um elemento crítico para a explicação da situação específica que constitui um determinado complexo Estado-sociedade (COX, 1981).

Ele define, como ponto de partida, a investigação do que chama de “Estrutura Histórica”. Esta diz respeito a uma combinação particular de padrões, condições materiais e instituições que condicionam e constituem certos hábitos, pressões, expectativas e constrangimentos no espaço no qual ocorrem as ações. Para o autor, as ações não são direta ou mecanicamente determinadas pela estrutura histórica, mas esta impõe aos indivíduos pressões que não podem ser ignoradas. Três categorias de forças interagem de maneira recíproca em uma estrutura: as capacidades materiais, as ideias e as instituições, e a forma e a intensidade dessas relações devem ser analisadas na particularidade de cada caso.

As capacidades materiais dizem respeito aos potenciais produtivos e destrutivos, ou seja, às capacidades tecnológicas e organizacionais e aos recursos naturais, equipamentos e riqueza. As ideias são compostas por dois tipos principais: os significados intersubjetivos, que são noções compartilhadas da natureza das relações sociais que tendem a perpetuar hábitos e expectativas de comportamento, e que são historicamente condicionadas; e as imagens coletivas da ordem social

levantadas por diferentes grupos, que são distintas visões acerca da natureza e da legitimação das relações de poder prevalentes e cuja confrontação dessas ideias coletivas promove possíveis caminhos alternativos ao *status quo*. Por último, as instituições funcionam como um meio de estabelecimento e perpetuação de uma ordem particular, ao passo que elas refletem as relações de poder prevalentes no momento de sua origem e tendem a encorajar imagens coletivas consistentes com estas. A partir disso, entende-se que, ao passo que a hegemonia neoliberal avança, elementos destes três aspectos vão recebendo novos desenhos, sendo moldados de maneira a fortalecer os aspectos centrais da hegemonia (COX, 1981).

Neste sentido, Cox (1981) afirma que há um forte laço entre a institucionalização e a hegemonia. Para o autor, as instituições promovem maneiras de se lidar com os conflitos com o mínimo possível de uso da força; tendo o objetivo de fazer com que o dominado aceite as relações de poder existentes, considerando-as legítimas, e até interessantes para si. Há, com relação às instituições, uma ideia de que elas representariam interesses diversos e serviriam para a universalização das políticas, alcançando, assim, esse papel chave para a construção da hegemonia, porém Cox ressalta que elas não podem ser confundidas com a hegemonia em si, sendo apenas uma das expressões possíveis (COX, 1981).

A análise da interação entre as forças em uma estrutura histórica serve, então, para que seja possível aproximar-se de uma representação da realidade complexa e produzir reflexões acerca dela. Neste sentido, Cox (1981) afirma que o método das estruturas históricas pode ser aplicado a três níveis ou esferas de atuação: a organização da produção, mais especificamente às forças sociais engendradas neste processo; às formas de Estado derivadas do estudo do complexo Estado/sociedade; e as ordens internacionais, analisadas como configurações de força determinadas (COX, 1981). Os três níveis estão sempre interconectados, e não há um sentido único pelo qual as forças sociais fluem de uma esfera para a outra.

A inovação de Cox neste aspecto é afirmar que as forças sociais, as formas de Estado e as ordens mundiais podem ser representadas como configurações particulares de capacidades materiais, ideias e instituições, que são os elementos constituintes da estrutura histórica. Neste sentido, é possível identificar e analisar o processo histórico de construção ou queda de uma hegemonia nos três níveis de análise propostos, na esfera da produção, do Estado e da ordem mundial. Para esta pesquisa, constitui-se, assim, o método pelo qual a consolidação do neoliberalismo na Inglaterra será abordada. Pensar-se-á a partir das três categorias de força e sua

interação para que seja possível entender a materialização da hegemonia nas forças sociais, no complexo estado/sociedade e também no âmbito internacional.

A lógica para isto parte do fato de que, como discutido anteriormente, são nos elementos constituintes e estruturais dentro dos estados que se desenvolvem as hegemonias. Assim, o Estado não é visto como uma “bola de bilhar” ou um corpo sólido e homogêneo como em outras correntes teóricas, mas como uma estrutura construída a partir das relações sociais internas a ela. O Sistema Internacional, por sua vez, é composto a partir de Estados, que possuem capacidades desiguais. Os Estados mais poderosos influenciam de maneira mais direta os acontecimentos no âmbito internacional, e as decisões tomadas por eles, que repercutem e se espalham pelos outros países, têm suas origens na hegemonia que se constitui em seus interiores (COX, 1981).

2.2 A HEGEMONIA NEOLIBERAL: UM OLHAR TEÓRICO

A partir da escolha teórica, o olhar, ao ser lançado com relação ao neoliberalismo, não o considera somente um sistema econômico. O neoliberalismo, aqui, é entendido como uma racionalidade, que além de ser construída nos três níveis de análise propostos por Cox (1981) – as forças sociais, as formas de estado e a ordem mundial – se reforça ao transformar o indivíduo.

A racionalidade neoliberal tem seu embrião teórico gestado ainda na primeira metade do Século XX, surgindo como uma alternativa ao Estado intervencionista e de bem-estar que se tornou hegemônico a partir da Crise de 1929 e da reconstrução europeia no pós-Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, o coração teórico neoliberal propõe o combate a qualquer limitação ao mercado por parte do Estado; afinal, isto significaria uma violação das liberdades econômica e política individuais. Há uma materialização destas ideias com a fundação da Sociedade *Mont Pèlerin*⁵ em 1947. Seus membros, famosos intelectuais ligados a correntes radicais do liberalismo, deram início a encontros recorrentes a cada dois anos para traçar estratégias que continham um claro objetivo: combater o keynesianismo e o socialismo buscando promover um novo e reformado capitalismo (ANDERSON, 1995).

⁵ Organização composta por intelectuais de diferentes áreas, como filosofia e economia, reunidos com o objetivo de promover e defender a ideologia neoliberal. Foi fundada a partir de uma conferência organizada por Friedrich Hayek; e contava com a participação de importantes figuras como Milton Friedman, Ludwig von Mises e Michael Polanyi (ANDERSON, 1995).

O que é possível perceber a partir disso é que estava em curso um projeto que visava a superação da hegemonia liberal, nos moldes entendidos por Cox, visando a construção de uma alternativa neoliberal. Este processo de contestação hegemônica começa a ter resultados práticos a partir da década de 1970, na qual as primeiras experiências de governos essencialmente neoliberais passam a ser empregadas ao redor do planeta. O Reino Unido, de Thatcher, é um desses exemplos pioneiros, e esse processo será discutido em termos factuais no próximo capítulo. Nesta seção, porém, o objetivo é que se faça possível entender como se constrói e se organiza a hegemonia neoliberal; quais são seus elementos principais e quais as transformações nos sujeitos, nas forças sociais, nas formas de Estado e na ordem mundial são geradas a partir da solidificação desta hegemonia.

A partir da proposição de Cox (1983), a discussão sobre a hegemonia neoliberal na prática será advinda do poder. Como o movimento teórico explicitado anteriormente indicou, Cox (1981), por meio de Gramsci, conseguiu, com sua conceituação de hegemonia, criar uma lente para que seja possível analisar as relações de poder (e de dominação e subordinação), utilizando-se de um olhar permeado pela história para entender as dinâmicas sociais, institucionais e ideológicas que regem uma sociedade. Em um par Estado/sociedade de um determinado local em determinado momento histórico, os indivíduos e as coletividades que o habitam e o constroem são regidos por uma Estrutura Histórica que, como discutido anteriormente, carrega em si um modelo de racionalidade – a racionalidade hegemônica (COX, 1981). Essa racionalidade engloba, de maneira ampla, a porção responsável por gerar o consenso ao redor daquele poder, mas também legitima as atividades coercitivas tidas como aceitáveis para aquele contexto. Sendo assim, há uma relação direta entre o poder e a racionalidade que o condiciona; a racionalidade, por exemplo, pode servir para ampliar o poder dos governantes em relação aos governados, mas também para restringi-lo. Dependendo da racionalidade hegemônica, o exercício do poder pode ocorrer de diferentes maneiras, com intensidades e modalidades distintas; assim como são variáveis os impedimentos ao exercício pleno do poder (CASARA, 2021).

Conforme Byung-Chul Han (2017), o poder está mais presente onde não é posto em evidência e, quanto maior o poder, mais silenciosamente ele atua perante à sociedade e aos indivíduos. Nesse sentido, o autor afirma que uma das grandes habilidades do neoliberalismo é oriunda do fato de que a técnica de poder posta em prática pelo regime assume uma forma sutil, flexível e inteligente, que acaba por dissipar-se perante os sujeitos. Estes, por sua vez, mesmo que

submissos, acabam não sendo conscientes desta submissão. Han (2017) afirma que esta técnica de poder se faz tão eficiente pois trabalha para que as pessoas, por si mesmas, se submetam a esse contexto de dominação, trabalhando com uma linguagem que busca ativar, motivar e otimizar a satisfação, sendo esta cada vez mais criada e condicionada artificialmente, por exemplo, por mecanismos publicitários. Assim, ao invés de buscar tornar as pessoas obedientes, procura torná-las dependentes.

A própria noção de liberdade se torna chave para o emprego da doutrina neoliberal, ao passo que a técnica de poder desenvolvida não busca rejeitar ou oprimir a liberdade, mas sim, explorá-la. Não obstante, esta liberdade se consolida como uma falsa liberdade, pois é uma liberdade que isola os sujeitos, impedindo-os de atingir qualquer satisfação coletiva e submetendo-os a perceber necessidades do capital como se fossem suas próprias, modelando vontades e comportamentos (HAN, 2017). É possível, portanto, afirmar que as pessoas foram levadas a crer que estavam livres da coerção externa. Não obstante, passaram a submeter-se a uma coerção interna sob a forma de normas de desempenho e otimização, desenvolvendo-se, assim, uma exploração por meio de uma autoexploração (CASARA, 2021).

Conforme discutido anteriormente, o poder é mais efetivo à medida que ele é menos percebido como um direcionamento ao indivíduo. Isto está diretamente ligado à construção de uma racionalidade que vai, sutilmente, impondo normas de conduta aos sujeitos. No capitalismo neoliberal essa determinação das normas se dá ao longo de um processo de subjetivação, que acompanha a todos desde o seu nascimento (CASARA, 2021). Casara (2021), então, exemplifica este processo a partir do que ele chama de “conjunto educacional”, que diz respeito às instituições que têm a função de organizar a transmissão de conteúdo espiritual e cognitivo, como a família, a igreja, a escola e a universidade. Nesses ambientes são transmitidos dogmas, regras e ideologias que ajudam a sedimentar normas e ideias que formam um determinado modo de ver e viver no mundo.

O direito é outra dessas esferas que institucionalizam e naturalizam determinadas normas de comportamento e a própria racionalidade neoliberal como um todo. Acompanhando toda a consolidação neoliberal como regime político, econômico e social, o ordenamento jurídico passou a, paulatinamente, se direcionar para a potencialização dos mercados, eliminando várias das restrições às atividades dos grandes capitalistas. Além disso, a flexibilização dos direitos

fundamentais e a releitura e extinção de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora são exemplos dessa cooptação (CASARA, 2021).

A partir deste regime de poder, o neoliberalismo, entendido como uma racionalidade, produz efeitos nas esferas individuais e coletivas de uma sociedade, se apresentando como um modo de pensar que permite um determinado modo de exercer o poder. O surgimento da racionalidade neoliberal se dá como uma alternativa à anterior hegemonia consolidada na ordem internacional, o liberalismo dos Estados de bem-estar social. Em termos conceituais, uma racionalidade diz respeito a um modelo de funcionamento da sociedade, carregando um imaginário e uma normatividade, que busca condicionar como as coisas são percebidas e compreendidas e as ações e os comportamentos são tomados. Neste sentido, para que uma racionalidade atinja o grau de hegemonia, é necessária uma espécie de “revolução” cultural, que adeque o modo de pensar e sentir da população e as atividades governamentais ao novo modelo a ser seguido. Assim, tal transformação requer o trabalho de diversos atores sociais, como intelectuais, políticos, juízes, jornalistas, artistas, que elaboram e disseminam os valores e os ideais da racionalidade que surge (CASARA, 2021).

Casara (2021) afirma que uma racionalidade se torna hegemônica em um determinado local a partir da aceitação social da importância das ideias, da normatividade e do imaginário construído a partir dela. Nesse sentido, também conforme o autor, o fato de que esses conceitos e ideais são construídos, manipulados e naturalizados como a única alternativa possível explica tantos grupos oprimidos aceitarem medidas que, sob uma análise mais cuidadosa, só beneficiariam, de verdade, o opressor. O autor afirma, então, que, no processo de desvelar uma racionalidade, é preciso estar atento às verdades que ela produz, mas também às mentiras (CASARA, 2021).

Para que seja possível discutir, propriamente, a racionalidade neoliberal, é necessário retornar ao período anterior a ela, entendendo também ao que ela se colocava como alternativa. Com seus primórdios ainda no Século XVIII, a racionalidade liberal, já nos anos 1900, havia passado por certas transformações, não obstante, seu núcleo permanecia ao redor da ideia de que era necessário limitar as práticas governamentais, consequentemente limitando o exercício do poder político, em nome dos objetivos econômicos. Esse raciocínio está baseado na premissa de que o livre mercado é mais eficiente que qualquer planejador no que diz respeito à organização

produtiva e social e, assim, agir contra essa autogestão mercadológica seria violar a “natureza das coisas” (CASARA, 2021).

Paralelo a este postulado, no Século XX, o cenário das relações internacionais impunha certos desafios ao liberalismo. No cenário pós-Revolução Russa, o bloco socialista se colocava como uma importante e factível alternativa ao capitalismo e ao modo de vida que o ocidente levava até então. Partidos comunistas recebiam apoio nas urnas, algumas revoluções conseguiram vitórias, e o poder de barganha da classe trabalhadora crescia (HOBSBAWM, 2008). Nesse sentido, visando atingir a paz doméstica, desenhou-se uma espécie de acordo de classe entre a classe proprietária e os trabalhadores, consolidando o Estado de bem-estar social. Neste período, a intervenção estatal na economia cresceu, estabeleceu-se, cada vez mais, uma política industrial nacional e concessões à classe trabalhadora, como o aumento do salário mínimo e sistemas públicos de saúde e de educação foram instituídos (FRIEDEN, 2006).

Surgem, neste contexto, contradições dentro do liberalismo, relacionadas à sua racionalidade e à sua prática, que se tornaram cada vez mais difíceis de ser contornadas. Em um primeiro nível, há o nítido conflito entre classes; o acordo citado anteriormente não se constitui na prática como de fato uma concordância entre grupos opostos, mas, sim, um alinhamento em determinado momento histórico em que as decisões das lideranças de classe, por meio de suas estratégias, foram compatíveis a partir de diferentes análises e perspectivas (HARVEY, 2005). Não obstante, esse processo jamais será estável, pois, conforme Cox (1983), há uma relação de dominação e subordinação em cada bloco histórico, e as forças sociais estão sempre em interação, produzindo novas ideias e instituições que repercutem no âmbito nacional e também internacional.

Essas concessões à classe trabalhadora reduziram a margem de lucro capitalista, reduziram o poder, que dentro do capitalismo pode ser cada vez mais associado ao capital, da elite que se entendia cada vez mais ameaçada. Ao mesmo tempo, a chamada “Era de ouro do capitalismo intervencionista” acabava a partir das próprias contradições que o sistema econômico gerava. O cenário era de crise, com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação (ANDERSON, 1995). Além disso, em termos teóricos da racionalidade liberal, há um problema nítido que se desenvolve durante o Século XX. Se a premissa inicial afirmava a necessidade de que o Estado interviesse o mínimo na esfera dos mercados, o regime de bem-estar rompia drasticamente com esta ideia, mesmo que este tenha sido instituído pelo capitalismo visando

salvar o próprio sistema da concorrência da esquerda (GILPIN, 2006). Quanto mais concessões estatais em relação à classe trabalhadora, menor eram os lucros da elite; quanto mais a esfera pública era desenvolvida, menor era a liberdade (do ponto de vista liberal). O resultado dessa equação é uma crise de racionalidade, que era contraditória em termos teóricos e práticos, ao passo que também não conseguia servir de maneira satisfatória ao grande capital, à hegemonia. Assim, as bases de sustentação perdem cada vez mais suas forças, e o espaço para alternativas incipientes cresce (CASARA, 2021).

A saída encontrada pelo capital passou, então, por uma revisão das doutrinas fundamentais do liberalismo. O neoliberalismo e sua racionalidade surgem a partir de uma readaptação dessas normas, e no seu centro está a ideia de que o Estado passa a ter uma posição ativa na direção da economia (CASARA, 2021). Nesse sentido, os chamados “direitos invioláveis do indivíduo” passaram a ser considerados obstáculos ao mercado, e essa visão, paulatinamente, foi se cristalizando ao longo da superestrutura do bloco histórico em questão. A resposta para o agravamento dos conflitos de classe foi um recrudescimento das ações estatais em favor da classe dirigente, a elite ligada ao grande capital. Estabeleceu-se um modo de ver o mundo que conta cada vez mais com as intervenções estatais em nome da preservação e do socorro ao mercado, e com a extinção dos limites ao exercício do poder econômico mesmo dentro dos ambientes antes entendidos como puramente sociais (CASARA, 2021).

A partir dessa transformação, surge um novo imaginário e uma nova normatividade que condicionam as ações humanas (CASARA, 2021). Na linguagem utilizada por Cox, surge, então, uma nova estrutura histórica, que altera o modo de viver e de pensar dos indivíduos e das coletividades – surge, portanto, uma nova configuração particular de capacidades materiais, ideias e instituições (COX, 1981). A racionalidade neoliberal, que aqui servirá como base para a compreensão dessa transformação, passa a condicionar a sociedade a partir disso.

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que o neoliberalismo não é um só, ele não é unificado e nem idêntico; e talvez sua grande característica seja a adaptabilidade discursiva e prática que permite sua consolidação e manutenção ao longo do tempo em diversos lugares (BROWN, 2015). Não obstante, conforme citado anteriormente, a racionalidade neoliberal tem como cerne a reorientação da ação estatal, que passa a servir ao mercado, e para que isto possa ser socialmente posto em prática – ou seja, na busca pelo consenso – uma reestruturação do

sujeito deste tempo é necessária, desenhando um novo modo de viver e de se entender no mundo (CASARA, 2021).

Conforme Casara (2021), em linhas gerais, o objetivo da racionalidade neoliberal é fazer dos valores e dos interesses do mercado os condicionantes da ação humana. Isto quer dizer que deve ser produzida uma mutação do Estado, da sociedade e dos indivíduos, substituindo os antigos valores do liberalismo clássico, como a democracia e os direitos individuais inalienáveis, pela razão mercadológica. Neste sentido, as diversas esferas da vida passam a ser pensadas e avaliadas conforme critérios econômicos, cálculos racionais e reflexões acerca de vantagens e lucros (DARDOT; LAVAL, 2010). O neoliberalismo busca, em última instância, reorganizar a existência em termos econômicos (BROWN, 2015).

Essa transformação dos sujeitos e das coletividades tem como uma de suas raízes uma mudança na lógica por trás do funcionamento do mercado. No liberalismo clássico entendia-se o mercado como o lugar das trocas, carregando a ideia *smithiana*; porém, com o neoliberalismo, é a concorrência que passa a ser o princípio organizador das ações no mercado. Neste sentido, como explicitado anteriormente, na intenção de expandir o modo de agir do mercado para todos os âmbitos sociais, a concorrência passa a ser a base normativa que atuará com relação aos indivíduos (BROWN, 2015). Conforme Dardot e Laval (2018), o sujeito neoliberal é o sujeito competitivo que está inteiramente imerso na competição mundial; e, nesse sentido, para os autores, o neoliberalismo se caracteriza por uma remodelação do sujeito em torno da figura da empresa.

O *desejo*, então, passa ser o alvo principal do poder como ferramenta para a criação do consenso, afinal, assim se torna possível substituir os dispositivos coercitivos de direção das condutas. O objetivo final deste processo de construção e gestão do novo sujeito é fazer com que este trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo, eliminando o sentimento de alienação denunciado por Marx alguns séculos atrás (DARDOT; LAVAL, 2018). A partir disto, as ações aplicadas sobre a sociedade e sobre os indivíduos têm como finalidade desenvolver a concorrência, adaptando todos a ela, e domesticar as condutas. Trata-se, destarte, de uma expansão, para todos os âmbitos da vida, da lógica da produção, dos cálculos de benefícios e de rentabilidade. Tudo isso culmina em um sujeito que aplica a análise econômica a todos os objetos de sua existência, inclusive àqueles tradicionalmente afastados desta esfera, como a família, os casamentos, a educação, a justiça, etc. (CASARA, 2021). Conforme Dardot e Laval (2018), para

este novo modelo racional, todas as atividades do sujeito devem se assemelhar a uma produção, a um investimento ou a um cálculo de custos. O indivíduo neoliberal procura maximizar seu capital humano em todos os campos, não somente na esfera do trabalho. Ele é impelido a buscar aprimorar-se, continuamente, para estar sempre pronto para as exigências que o mercado lhe o impõe, e, neste sentido, a realização pessoal estará sempre diretamente atrelada ao sucesso profissional.

A noção de concorrência se torna especialmente importante para a compreensão da racionalidade neoliberal que se institui como hegemônica nas últimas décadas. Em primeiro lugar, a transformação do trabalhador em um sujeito que se crê “empresário de si” leva-o a perceber outros trabalhadores como concorrentes ou inimigos, que precisam ser superados. Os trabalhadores passam a ser exploradores de si, isolados e individualizados em um meio competitivo. Os relacionamentos livres de qualquer propósito desaparecem, e não há amizade desinteressada entre empreendedores, dificultando cada vez mais a formação de laços sociais e afetivos. Neste contexto, para os trabalhadores, seus pares são vistos e tratados como concorrentes, portanto a ideia de consciência de classe se torna inviabilizada, o poder de barganha do proletariado se reduz drasticamente, embora as relações de dominação e subordinação entre as classes continuem determinantes para estruturar o funcionamento das sociedades. A partir disso, o egoísmo se torna uma virtude (CASARA, 2021).

Em segundo lugar, a precarização das questões trabalhistas posta em prática pelo regime neoliberal transforma a relação dos trabalhadores com o emprego, mas também entre si. Ao passo que se transfere cada vez mais o risco em direção ao trabalhador, instalando formas de emprego temporárias e provisórias e reduzindo as proteções e solidariedades coletivas, as empresas podem exigir disponibilidade e comprometimento muito maior de seus funcionários. Este cenário se torna ainda mais complexo pois, com a racionalidade do *homem empresa* neoliberal, os próprios comportamentos contribuem para a manutenção desta situação. Os sujeitos empreendedores reproduzem e ampliam cada vez mais a relação de competição entre si, tornando ainda mais remota qualquer possibilidade de uma união de classe que venha a questionar este regime explorador. O que passa a ser vendido, então, é que o único responsável pelo seu fracasso ou sucesso é o próprio agente, ou seja, quem não prospera no regime neoliberal de desempenho, ao invés de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso (DARDOT; LAVAL, 2018; BYUNG-CHUL, 2017).

Em termos sociais, a população, como uma coletividade, se torna cada vez mais fragmentada. Sob a racionalidade neoliberal, o contexto coletivo é marcado pelo egoísmo e pelo narcisismo, estimulados pela concorrência feroz à qual todos estão submetidos desde a mais tenra idade. A partir deste cenário, no mundo neoliberal é constante o desaparecimento do valor da política, ao passo que se produz uma antipolítica centrada na esfera do individual. A promessa de autodeterminação vendida ao sujeito-empresa ao longo de sua vida o afasta de reflexões, interesses e projetos voltados para o coletivo, afinal não há motivos para se pensar em termos de grupos e classes, pois a vitória ou a derrota são sempre individuais. O que se torna cada vez mais presente nos espaços públicos é a propaganda e a publicidade, em uma tentativa de transformar todas as relações em produtos a serem consumidos e todos os cidadãos em clientes sedentos por satisfação pessoal (CASARA, 2021).

Para Wendy Brown (2015), no campo da vida política, o neoliberalismo sequestra os princípios democráticos e de justiça, posicionando-os a partir de uma visão econômica – assim, essas esferas também entram na lógica de cálculos de custo benefícios, de lucros e, principalmente, da concorrência. O Estado, por si só, acaba por se transformar em um *manager* que dirigirá a nação como um gerente dirige seus funcionários em uma firma. Consequentemente, a substância de democracia e soberania popular de um Estado, uma vez presente ou imaginada, se esvazia cada vez mais (BROWN, 2015).

Como capital humano, o homem econômico é o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso. No entanto, analisando no nível da sociedade, ele se torna cada vez mais um instrumento dispensável no coletivo, assim, pode-se perceber um drástico abandono do contrato social estabelecido no modelo racional anterior. Agora, o Estado não é mais responsável por garantir nada a ninguém, apenas ao mercado, seu soberano. No que diz respeito aos indivíduos, considerados como capital humano em todas as esferas, a igualdade deixa de ser uma relação natural entre os pares. Em uma sociedade composta por vencedores e perdedores, a desigualdade passa ser a norma, a solidariedade termina e a atomização de cada um em si mesmo se desenvolve (BROWN, 2015).

Essa explicação teórica só encontra eco quando confrontada com a prática. Como trazido por Cox (1983), os conceitos precisam ser posicionados e aplicados historicamente. No próximo capítulo, o objetivo é trabalhar com o processo histórico de consolidação neoliberal no Reino Unido de Margaret Thatcher, identificando, assim, os condicionantes políticos e sociais que

permitiram e ajudaram a consolidação do consenso por trás deste novo modelo de racionalidade. Será explorado, também, o ambiente das relações internacionais, pois, para que a análise possa se aproximar de um modelo satisfatório, é necessário olhar para os três níveis trazidos por Cox (1981).

3 MARGARET THATCHER E O NOVO EXISTIR

Com a finalidade de discutir e analisar as transformações políticas e sociais postas em prática durante o governo de Margaret Thatcher como Primeira-Ministra do Reino Unido, este capítulo iniciará com uma breve apresentação do contexto anterior à chegada ao poder da “Dama de Ferro”. Este movimento busca entender o processo histórico da transformação hegemônica que ocorreu no período, para que seja possível analisar a formação de um novo consenso e uma nova racionalidade, a partir de então neoliberais. Como citado anteriormente, o Reino Unido se constituiu como um expoente neste processo de transição da hegemonia, ao passo que a eleição de Thatcher, em 1979, marca a chegada ao poder de um governo neoliberal em um país central do capitalismo global.

A década de 1970 pode ser entendida e classificada como uma década de crise no Reino Unido. Uma década de crise não somente econômica, mas também hegemônica, no sentido de que os pilares de sustentação do estado de bem-estar social que estruturava a lógica de ser e existir do modelo de capitalismo em vigor estavam mais frágeis do que nunca (JUDT, 2014). Este período, alinhado com o que foi discutido no capítulo anterior, apresentava um cenário de descompasso e contradição entre o funcionamento do capitalismo e a racionalidade intervencionista e garantidora de direitos que o regia. Conforme Judt (2014), desde os anos 1930, a política pública estava assentada em um consenso keynesiano, que em seu coração continha como fundamentos a planificação econômica, o financiamento do déficit e o pleno emprego. Chegando em 1973, o mundo vivia o fim da era de ouro deste capitalismo intervencionista. Impulsionado pelo embargo decretado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o preço do barril mais do que quadruplicou, desorganizando o sistema econômico sobre o qual se apoiava o ocidente. Deste modo, as baixas taxas de crescimento e as altas taxas de inflação se tornaram a realidade em grande parte do sistema capitalista (ANDERSON, 1995).

Em linhas gerais, a situação no Reino Unido no final da década de 1970 mostrava que os encargos públicos atingiam níveis preocupantes; a população estava envelhecendo, ao passo que a taxa de natalidade diminuía; e os níveis de crescimento não eram elevados como os de outrora (JUDT, 2014). No Reino Unido, o fracasso dos governos anteriores, compostos majoritariamente pelo Partido Trabalhista, em reverter o declínio da economia inglesa por meio de uma modernização alinhada ao fordismo e que mantinha o *status quo* do estado de bem-estar, foi, a

partir da crise da década de 1970, exposto em grande escala (GAMBLE, 1994). Como afirma Gamble (1994), em concordância com Judt (2014) e Rubinstein (2003), o surgimento do *thatcherismo* como uma real opção política está ligado ao insucesso do que havia sido tentado anteriormente. Neste sentido, argumenta-se que, caso as modernizações buscadas pelo trabalhismo tentando salvar o intervencionismo tivessem funcionado, é improvável que Thatcher tivesse sido alçada ao cargo mais importante do país tão rapidamente (RUBINSTEIN, 2003). No momento prévio à chegada de Thatcher ao poder, o que pode ser identificado é uma tentativa do trabalhismo, após abandonar seu próprio programa, de tentar lidar com a recessão por meio de um misto de pragmatismo e de oportunismo, cedendo pautas aos condicionamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e perdendo o apoio da classe trabalhadora e sindical que via seus líderes eleitos alinhando-se aos patrões e ao grande capital (GAMBLE, 1994).

Neste contexto, ganha proeminência a figura de Margaret Thatcher como uma nova alternativa que trazia a esperança de uma reconstrução da imagem e do poder do Reino Unido (RUBINSTEIN, 2003). Margaret Hilda Roberts, seu nome de registro, nasceu no dia 13 de outubro de 1925, em Grantham, no condado de Lincolnshire, localizado no leste da Inglaterra. Filha de um casal de classe média, donos de uma tabacaria no andar térreo de sua residência, Margaret foi criada em um ambiente religioso e de muito trabalho. Na infância destacava-se pelo esforço na escola e pelo interesse em ciências, ganhando uma bolsa para terminar seus estudos básicos em uma renomada escola local. Em 1943, foi aceita na faculdade feminina de química de Oxford, onde, durante quatro anos, além de concluir seus estudos, também se tornou presidente da Associação Conservadora da Universidade, iniciando, de maneira efetiva, sua vida no ambiente político. A partir de então, foi galgando espaço nos ciclos conservadores, principalmente devido à força de seu discurso, à sua boa preparação e ao fato de que não temia os desafios que se apresentavam. Quando concorria pelo Partido Conservador para um cargo na cidade de Dartford, conheceu Denis Thatcher com quem veio a se casar anos depois (MOORE, 2013).

Em 1974, Thatcher se tornou a líder do Partido Conservador, que se encontrava desorganizado e desmoralizado após a retumbante derrota nas últimas eleições. O cenário indicava que era necessária uma drástica mudança na estrutura e nas ações do partido para que fosse possível restaurar a sua antiga posição dominante no contexto político britânico. Esta nada simples missão dos conservadores encontrou em Thatcher uma liderança capaz de,

paulatinamente, reunificar o partido (GAMBLE, 1994). Conforme exposto anteriormente, o fracasso do trabalhismo em lidar com a crise da década de 1970 abria um relativo espaço para que o conservadorismo pudesse trabalhar, e, neste sentido, rapidamente Thatcher foi ganhando destaque. De início, ela já passou a atrair a atenção, pois era a primeira vez que uma mulher estava no topo de um dos grandes partidos britânicos; além disso, suas ações e respostas às crises e aos eventos que atingiam o governo trabalhista a colocavam sob os holofotes (GAMBLE, 1994).

Aos poucos, suas crenças e objetivos passaram a ser identificados pela população; tornava-se claro que o caminho a ser trilhado por Thatcher se organizava a partir de um novo e radical programa voltado para destruir o velho consenso socialdemocrata e criar um novo modelo político e social para o Reino Unido (GAMBLE, 1994). O foco de atuação de Thatcher, enquanto líder da oposição, dizia respeito às áreas nas quais a autoridade estatal estava enfraquecida. Não obstante, a diferença com relação aos seus antecessores era que, ao invés de buscar um alinhamento ao centro, por meio de uma moderação discursiva, Thatcher promovia uma estratégia muito mais arriscada e arrojada, buscando romper com o consenso do pós-guerra e alçar à pauta temas de política doméstica alinhados aos valores e princípios conservadores (GAMBLE, 1994). Em seu desenho político, o *thatcherismo* possuía inimigos variados e tangíveis, entre eles os sindicatos, os intelectuais de esquerda e a União Soviética em decadência (RUBINSTEIN, 2003). Este último, foi objeto de um importante discurso da líder dos conservadores em janeiro de 1976, em que ela criticava a política de distensão, adotada pelos EUA e clamava por um rearmamento dos países da OTAN e uma nova cruzada ideológica contra o bloco comunista. Retrabalhando com o medo social do comunismo, Thatcher ressaltava o perigo da “ameaça vermelha” ao modo de vida britânico e associava a hesitação e ineficácia administrativa trabalhista em solucionar a crise com o aumento da vulnerabilidade britânica perante a esquerda internacional (GAMBLE, 1994).

Em termos eleitorais, ainda na oposição, o discurso dos conservadores afirmava que a guinada trabalhista em direção a uma economia monetarista era somente uma resposta desesperada à crise que atacou o Reino Unido nos anos de 1974 a 1976; que era apenas um produto das circunstâncias desfavoráveis na qual o governo se situava. Neste sentido, argumentava-se que, na primeira oportunidade, o consenso keynesiano voltaria a reger as decisões macroeconômicas no país (GAMBLE, 1994). Thatcher e seus aliados se beneficiavam

de um contexto de crise, colocando-se como representantes de uma mudança que precisava ser feita para salvar o Reino Unido. O discurso assertivo e confiante da então futura Primeira-Ministra atraía a atenção e o voto daqueles eleitores desconfiados e desacreditados do trabalhismo e dos antigos políticos conservadores (JUDT, 2014).

Apoiando-se na discussão apresentada no capítulo anterior, é possível identificar que um novo grupo político e social se apresentava como uma alternativa à hegemonia então consolidada há algumas décadas no Reino Unido. Thatcher não representava somente a si mesma ou o núcleo de seus apoiadores dentro do Partido Conservador; a líder da oposição, naquele momento, se constituía como a centralização de um projeto político que visava transformar radicalmente a sociedade britânica (RUBINSTEIN, 2003). Nos termos cunhados por Robert Cox (1981), uma nova estrutura histórica viria a ser consolidada como resultado dessas transformações; ou seja, por meio da transformação de capacidades materiais, de ideias e de instituições, uma nova normatividade se desenvolveria, determinando outros modelos de comportamento e de conduta nos indivíduos.

Em linhas gerais, o apoio a Thatcher era oriundo das elites, com centralidade na figura dos banqueiros e dos especuladores da City de Londres. Estes grupos, assim como a própria líder conservadora, haviam tido sua formação em um período em que os desdobramentos dos planos traçados pela Sociedade *Mont Pèlerin* já estavam cristalizados no âmbito acadêmico e nos ambientes por onde circulavam os indivíduos ligados ao grande capital (HARVEY, 2005). Conforme Gamble (1994) e Rubinstein (2003), Thatcher, ao iniciar seus estudos na Universidade de Oxford, teve contato com as ideias de Frederik von Hayek e Milton Friedmann e, durante seus anos de governo, estes autores neoliberais foram movidos da periferia do debate intelectual para o centro das decisões políticas, econômicas e sociais das ilhas britânicas (RUBINSTEIN, 2003).

O apelo ao monetarismo como guia para a condução da política econômica ultrapassava as técnicas a serem aplicadas, pois passava a servir como base para um apelo discursivo por uma sociedade livre. Para Thatcher, em suas manifestações ainda antes de chegar ao poder, limitar os gastos públicos e remover as barreiras à livre concorrência eram ações cruciais para salvar a economia britânica. Nesse sentido, a cúpula conservadora identificava que os principais alvos de reformas ou reestruturações eram as políticas salariais trabalhistas, a influência sindical no governo, as medidas de nacionalizações nas áreas dos transportes e a legislação tributária (GAMBLE, 1994).

As eleições de 1979 marcaram o fim da atuação de Thatcher como líder da oposição. O início deste processo, em termos eleitorais concretos, se deu no dia 28 de março daquele ano, com o chamado de voto de desconfiança protocolado por Thatcher contra o então primeiro-ministro, o trabalhista James Callaghan. A votação foi perdida pelo governo por um voto de diferença, 311 a 310, abrindo o caminho para a convocação de uma nova eleição geral (BBC, 2019). O pleito estabelecido para eleger os 635 novos membros da Câmara dos Comuns ocorreu no terceiro dia do mês de maio e seus resultados determinaram uma maioria de 44 assentos em favor do Partido Conservador. Assim, os *tories* se recuperaram do seu pior resultado, atingido em 1974, e elegeram a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra na história do Reino Unido (GAMBLE, 1994).

Ao assumir o governo, as frases de efeito repetidas por Thatcher precisavam ser transformadas em ações práticas. Saindo da oposição para os cargos tomadores de decisão, a cúpula conservadora se deparava com o mesmo cenário de crise que afetava o país durante os últimos anos do governo trabalhista. Os primeiros momentos de Thatcher como primeira-ministra podem ser sumarizados pelo fato de o seu governo não abrir mão de adotar uma política monetarista (RUBINSTEIN, 2003). No início de seu mandato, os conservadores tomaram decisões cruciais, que sinalizavam a sua intenção de romper com grande parte das políticas dos governos anteriores, enfraquecendo e transformando as instituições pelas quais seus rivais, quando no poder, intervinham na economia. O objetivo principal era dar espaço ao setor privado, confiando na sua capacidade de gerir o mercado e a sociedade, e garantir o funcionamento da livre concorrência (GAMBLE, 1994). Em termos práticos, a prioridade que foi colocada era o controle da inflação, que atingia os níveis de 10% ao ano no início do mandato (GAMBLE, 1994; BBC, 2013). Como medidas iniciais, Thatcher apostou em uma política monetária e fiscal contracionista, aliada a uma reestruturação da tributação no país – enquanto os impostos pessoais cresceram, a taxação das grandes fortunas foi reduzida. Essas ações pretendiam aumentar os incentivos ao mercado financeiro e sinalizar para todos os setores da sociedade a direção da política econômica do novo grupo que chegava ao poder (GAMBLE, 1994).

Ainda no segundo ano de mandato, uma das mais importantes ações de Thatcher foi posta em prática. O *Housing Act*, de 1980, permitiu que cidadãos que morassem há pelo menos três anos em uma *Council House* pudessem comprar com grandes descontos essas residências. Uma *Council House* é uma forma de moradia pública construída pelo governo, que, organizada em

complexos, forneciam habitação e serviços – como mercados e escolas – para a população. No ano seguinte à aprovação da lei, em 1981, mais de 66 mil casas foram compradas; em 1982 o número foi de 174 mil (BECKETT, 2015). Esta medida adotada pelo governo, conforme Beckett (2015), representa a combinação das duas novas grandes preocupações da população britânica que passaram a ser fomentadas pela nova hegemonia que se impunha: a liberdade individual e o consumo. O *slogan* utilizado na campanha, “*The right to buy*” – “o direito de comprar”, em tradução livre –, era de fácil propagação e memorização e também carregava um ideal de suburbanização da vida, semelhante ao existente nos Estados Unidos daquele mesmo período (BECKETT, 2015). Neste ponto, é possível identificar um dos primeiros movimentos de relevância dos Conservadores em direção a um modelo hegemônico neoliberal, já que se transforma não só o funcionamento do sistema de moradia tornando as casas ativos que podem ser comercializados mais facilmente no mercado, mas se altera a maneira com que a população passa a entender o que é ter uma residência. De um direito inalienável, que de importante maneira era garantido pelo estado, a moradia passa a significar um bem a ser conquistado financeiramente pelo esforço individual do cidadão, que compete no mercado buscando se valorizar e, assim, receber mais. Neste ponto, a teoria de Cox (1981, 1983, 1994) indica um processo de remodelação das capacidades produtivas e das ideias que compõem a sociedade britânica daquele período; já que há uma mudança no sentido econômico e no sentido da representação sociológica e psicológica do setor imobiliário e do significado da moradia.

No entanto, nos primeiros anos de Thatcher, talvez essa tenha sido a sua única vitória, em termos políticos, na batalha por reformatar o país. Os anos iniciais que marcaram a volta dos conservadores à maioria no parlamento foram acompanhados de um recrudescimento da crise econômica e de uma queda no apoio popular após as eleições de 1979 (RUBINSTEIN, 2003). No curto prazo, as medidas de combate à inflação adotadas não tiveram o efeito esperado; os índices de 10% ao anos prévios ao começo do mandato da Dama de Ferros atingiram a casa dos 20% ainda no ano de 1980; e nos dois anos seguintes somente retornaram ao patamar inicial (RUBINSTEIN, 2003). O desemprego acompanhou essa tendência negativa. Iniciando 1979 com uma taxa de 5,7%, em 1980 o Reino Unido atingiu os 7,4%, em 1981, 11,4% e, finalmente em 1982, chegando aos 13% de desempregados. Este valor era semelhante aos níveis da Grande Depressão ocorrida algumas décadas antes (RUBINSTEIN, 2003).

Mesmo assim, o que captura a atenção de todos neste processo é que, diferentemente da maioria dos outros governos que teriam revisto as suas medidas e buscado uma conciliação que lhes garantisse maior apoio popular, Thatcher se mantinha inflexível em sua posição, afirmando, em seu famoso discurso na convenção do Partido Conservador em 1980 que “não há outra alternativa” (RUBINSTEIN, 2003). Essa característica, conforme afirma Tony Judt (2014), rompia com uma tradição de hesitação que acompanhava os líderes britânicos desde que Winston Churchill deixou o poder em 1955. Para Judt (2014), essa postura de Thatcher mostrava que a classe política, representada em seu grupo, estava disposta a novamente governar, de fato, o país.

Como era de se esperar, o apoio popular a Thatcher, nestes primeiros anos de insucesso econômico após as promessas feitas no período em que estava na oposição, não era grande. Na verdade, a drástica e repentina mudança de política e de visão de mundo assustava boa parte da população, que afirmava que a primeira-ministra estava “destruindo o país” (RUBINSTEIN, 2003). Consequentemente, estes anos iniciais de governo foram palco de diversas agitações civis e movimentos populares, muitas vezes ligados a minorias étnicas, que demonstravam insatisfação com os acontecimentos na esfera política (RUBINSTEIN, 2003).

Nesse sentido, conforme discutido no capítulo anterior, a liberdade propagandeada pelos proponentes do neoliberalismo, quando posta em prática, diz respeito ao mercado, não aos cidadãos. O governo de Margaret Thatcher foi responsável por um recrudescimento da ação policial e das legislações com relação à criminalidade dita “comum” e à relacionada à política. O real cenário de descontentamento por parte de setores da sociedade somou-se a uma certa tentativa do governo de projetar um cenário de instabilidade social, que incluía o aumento da criminalidade, a desordem pública e a agitação industrial. A responsabilização deste cenário era direcionada para a conta dos governos trabalhistas anteriores, os *tories* afirmavam que a legislação e o estado de bem-estar social eram muito permissivos com os infratores da lei, que praticamente os desculpavam ao invés de puni-los (SAVAGE, 1990). Esse contexto justificava algo que parecia ir na contramão do que a redução estatal pregada pelos neoliberais afirmava. Ao contrário de grande parte das esferas públicas, os gastos com a lei e a ordem cresceram de maneira significativa a partir de 1979. Ainda nos seus primeiros atos no posto, Thatcher promulgou um substancial aumento salarial para as forças policiais; além disso, nos anos seguintes, editais para ampliação da força policial eram recorrentes, atingindo um crescimento de oito pontos percentuais até 1985 (SAVAGE, 1990). Em termos de estrutura, o setor de lei e

ordem também foi agraciado com investimentos do governo: a polícia pôde reequipar e modernizar seu arsenal para a área de manutenção da ordem pública, importante para conter protestos; e foi posto em prática um projeto de expansão das cortes judiciais e de construção de novas unidades penitenciárias (SAVAGE, 1990).

Contudo, não é somente o aumento de recursos invertidos em armamentos, estruturas policiais e judiciárias que retrata uma mudança de paradigma no que diz respeito à coesão e à coerção sociais no Reino Unido deste período. Em 1984, já mais adiante em seu governo, Thatcher promulgou o Ato de Polícia e Evidência Criminal. Esta peça definia novos poderes para a polícia e novos ritos de julgamento; entre estes, o mais relevante dizia respeito a novos poderes de detenção, interrogação e investigação, permitindo então deter indivíduos suspeitos de violações não graves à lei por 24 horas. Diversos críticos fizeram manifestações afirmando que este Ato era uma drástica extensão do poder de polícia às custas das liberdades civis (SAVAGE, 1990). Estes elementos atestam outra das transformações sociais que o período de governo de Thatcher promoveu. Conforme as contribuições teóricas de Cox (1981, 1983, 1994), discutidas anteriormente, apontam, aqui é possível identificar a relação da coerção e do consenso na prática. A força policial passa a trabalhar, assim como o estado, em uma defesa do capital, seja no seu sentido material, como a propriedade privada, seja no seu sentido ideológico, ao reprimir manifestações que venham contestar os valores ideológicos da nova hegemonia que estava se construindo.

O cenário descrito até este ponto não parecia favorável para à manutenção de Thatcher no poder; isso também era o que as pesquisas eleitorais indicavam no período seguinte à eleição até a metade de 1982. As condições econômicas que seguiam complicadas, e que, inclusive, se deterioraram nestes anos, aliadas às medidas impopulares tomadas pelo governo, derrubavam os índices de aprovação dos conservadores (RUBINSTEIN, 2003). Não obstante, o enfraquecimento do trabalhismo durante toda a década de 1970 impedia que estes conseguissem ameaçar com vigor o mandato de Thatcher (RUBINSTEIN, 2003). Esse enfraquecimento generalizado das forças políticas britânicas se rompeu a partir de um evento que ocorreu a milhares de quilômetros de distância, mas que teve importância significativa para o futuro do projeto neoliberal de Thatcher.

No segundo dia do mês de abril de 1982, a junta militar de extrema direita que governava ditatorialmente a Argentina, representada pelo presidente Leopoldo Galtieri, general do exército,

declarou guerra ao Reino Unido, invadindo o Arquipélago das Malvinas (chamado de Falklands, pelos britânicos). A reivindicação por parte do governo argentino era de que estas terras eram ilegalmente ocupadas por uma potência invasora (RUBINSTEIN, 2003). Sendo assim, estabeleceu-se, de início, uma ocupação das Malvinas e da Geórgia do Sul, um outro arquipélago inglês mais ao sul (RUBINSTEIN, 2003). As Malvinas eram habitadas, basicamente, por descendentes de escoceses criadores de ovelha e, até então, tinha como principal atividade econômica a pesca de baleias. Para o governo argentino, a guerra significava uma oportunidade de reacender a chama nacionalista visando dar fôlego ao governo militar já enfraquecido (RUBINSTEIN, 2003).

Margaret Thatcher entendia aqueles acontecimentos como uma humilhação para o governo e para o povo britânico. Após a renúncia do seu então Ministro de Relações Exteriores, Thatcher ordenou uma rápida e enfática resposta (RUBINSTEIN, 2003). Uma frota de mais de 100 embarcações foi destacada para navegar rumo ao sul e iniciar ataques às posições argentinas (RUBINSTEIN, 2003). O confronto teve a duração de dois meses e meio, e, como era de se esperar em um embate entre forças tão díspares, a capitulação dos argentinos foi questão de tempo. No dia 14 de junho do mesmo ano, as forças do país sul-americano declararam sua rendição e as ilhas voltaram a ficar sob domínio britânico (RUBINSTEIN, 2003). Para o governo militar argentino, a perda da guerra foi um golpe insustentável; o então presidente renunciou quatro dias após o final oficial do embate e a ditadura veio a cair no ano seguinte (RUBINSTEIN, 2003). Em termos sociais, uma profunda cicatriz foi deixada no país do extremo sul do continente americano; conforme dados do Ministério da Educação argentino (2019), mais de 70% dos soldados que participaram da guerra tinham entre 19 e 20 anos, e o saldo oficial de baixas do país é de 649 militares.

Com relação ao Reino Unido, a atuação de Thatcher e o rápido triunfo no conflito tiveram, em termos políticos, o efeito diametralmente oposto ao da Argentina (RUBINSTEIN, 2003). A Dama de Ferro, fazendo jus ao seu apelido e conduzindo os britânicos rumo à vitória, viu, a partir da rendição argentina, sua popularidade crescer de maneira significativa. Nas pesquisas de opiniões realizadas no período pós-guerra, o apoio ao Partido Conservador deslanchou, carregando uma onda populista de suporte à primeira-ministra (RUBINSTEIN, 2003). Rubinstein (2003) afirma que o “Fator Malvinas”, como ficou conhecido posteriormente, deve ser interpretado como um ponto de transformação da cena política inglesa, que veio a

pavimentar a sua reeleição em 1983. Gamble (1994) coloca que, para o eleitorado, a vitória das forças inglesas elevou Thatcher a uma posição de força e confiança do povo maiores do que as de qualquer outro mandatário do país desde Churchill.

Mesmo com o cenário econômico desfavorável, as eleições em 1983 estavam basicamente decididas pelos acontecimentos nas águas e ilhas do Atlântico Sul. O resultado foi uma das maiores vitórias eleitorais do século, forjada também por uma campanha eleitoral profissional e bem fundamentada dos *tories* contra um trabalhismo ainda pior estruturado do que nos anos anteriores (GAMBLE, 1994). Os 339 parlamentares conservadores de 1979 viraram 397 em 1983. Não obstante, a divisão do país permanecia basicamente a mesma: no sul, os conservadores ganhavam ainda mais hegemonia, enquanto no norte o trabalhismo, de certa maneira, resistia (RUBINSTEIN, 2003).

Com esse resultado, Thatcher tornou-se dominante e os anos subsequentes à eleição, conforme Rubinstein (2003), podem ser considerados como o zênite do *thatcherismo*. As limitações ao estado de bem-estar social foram mais rigorosamente empregadas, buscando abrir novas oportunidades para a “empresa individual” e o livre mercado. Nesse sentido, o embate entre a primeira-ministra e os sindicatos são explicativos deste processo (RUBINSTEIN, 2003). A greve dos mineiros de carvão iniciada em 1984 foi a maior realizada no país desde 1926. Thatcher e sua cúpula, mesmo antes de serem eleitos, entendiam que a principal oposição organizada a seu possível governo viria dos sindicatos, e, mais especificamente, dos trabalhadores das minas. Neste sentido, paulatinamente os conservadores trabalharam para se preparar para um possível embate, em que recuar, conforme apresentado anteriormente, não era uma opção para a Dama de Ferro (McSMITH, 2011).

Nesse contexto, a partir de 1982, começaram a circular pelo país informações de que as minas de carvão menos eficientes seriam fechadas. Os cálculos da *National Union of Mineworkers* (NUM) indicavam que cerca de 20 mil trabalhadores seriam desocupados em decorrência desse encerramento de atividades. A resposta da NUM veio a partir de uma convocação nacional para a greve, sem realizar o chamamento para um plebiscito (McSMITH, 2011). A paralisação foi iniciada no território de Yorkshire e, no período de uma semana, já havia se espalhado pelo Reino Unido a partir de um trabalho bem organizado pelos mineiros sindicalistas daquela região (McSMITH, 2011). O governo central, que esperava tal reação, buscou, ao longo dos anos anteriores, diminuir o poder de barganha sindical a partir de ações

práticas que reduziram a dependência da extração do carvão para a saúde da infraestrutura energética do país. Nesse sentido, estabeleceram-se planos para fazer o armazenamento do carvão fora das minas, diretamente nas estações elétricas; aumentar as parcerias internacionais para a importação do recurso; e reorganizar a planta energética para o uso do petróleo descoberto no Mar do Norte na década de 1970 (McSMITH, 2011).

Apesar das dificuldades, os mineiros buscavam se manter firmes, resistindo às forças policiais, ao congelamento de seus ativos e ao frio do inverno que se aproximava (McSMITH, 2011). Campanhas de solidariedade ao grupo grevista foram propostas pelo país. Mesmo assim, na mídia divulgava-se uma imagem negativa dos protestos e piquetes e a opinião pública era trabalhada, também, para enfraquecer as demandas dos mineiros (McSMITH, 2011). Após a divulgação de que o sindicato estaria recebendo dinheiro do governo líbio de Gaddafi e do assassinato de um dos mineiros que não estava de acordo com a greve e continuava a trabalhar, a situação tornou-se insustentável para a NUM (McSMITH, 2011). No ano seguinte ao início da paralisação, no dia três de março de 1985, foi anunciado o fim da greve (McSMITH, 2011). O sindicato dos mineiros foi enfraquecido de uma maneira sem precedentes; enquanto que no ano de 1984, a NUM contava com mais de 200 mil membros, no ano de 1990 a força estava reduzida para 50 mil filiados (McSMITH, 2011). Conforme Rubinstein (2003), a greve dos mineiros de 1984 e 1985 foi um marco na história industrial do Reino Unido; o fato mostrou que um governo determinado e inflexível poderia enfrentar as forças sindicais e vencer, invertendo a lógica conciliadora que reinou nas décadas anteriores. A reputação de Thatcher, nos círculos da direita britânica havia crescido de maneira importante, abrindo ainda mais espaço para a continuação das transformações hegemônicas (RUBINSTEIN, 2003). Neste contexto, a coletividade sindical foi enfraquecida radicalmente; a estrutura, nos termos marxista e gramsciano, foi alterada, assim como a superestrutura, que passou a colocar os trabalhadores em uma lógica de concorrência entre si ainda maior, rompendo com os mecanismos de solidariedade de classe que existiam na figura dos sindicatos. Deste modo, contribuindo para a consolidação de uma nova estrutura histórica, com novos modos de comportamento organizados a partir de uma nova racionalidade.

As privatizações também foram um elemento essencial durante o período em que Thatcher permaneceu no poder. A partir de 1983, depois de sua reeleição, vendas de grandes proporções de empresas estatais começaram a ocorrer. Entre elas, é possível destacar a privatização de 75% da *British Petroleum* (BP) em 1983; da *British Telecom*, em fases, também a

partir de 1983; além da *British Aerospace*, *British Gas*, *Rolls Royce*, *British Steel*, *British Coal*, das companhias de água e de eletricidade, a indústria nuclear e as ferrovias (RUBINSTEIN, 2003). Essas privatizações acompanhavam a estratégia traçada pelo Partido Conservador, que visava transferir atividades governamentais para o setor privado. Este percurso era visto como uma maneira de submeter os trabalhadores à “disciplina do mercado” a partir de mecanismos nos quais o próprio governo se afastava de possíveis confrontações e desgastes políticos que surgissem (DUNN; SMITH, 1990). Além disso, em linhas gerais, as privatizações serviriam para reduzir os gastos governamentais, elemento essencial da cartilha monetarista de administração pública (DUNN; SMITH, 1990).

Outro setor, talvez o mais importante em termos sociais, foi diretamente impactado pelas mudanças de visão e entendimento do papel do Estado levadas a cabo por Thatcher em seus anos de mandato. Até 1980, a educação, no Reino Unido, era baseada em uma parceria entre o governo central e as autoridades locais. Esse acordo era responsável por prover o serviço público de ensino (McVICAR, 1990). Durante o governo trabalhista, setores situados mais à esquerda do espectro político já faziam críticas contundentes ao sistema educacional. Para estes grupos, a má qualidade do serviço público reificava a diferença entre as classes sociais, ao passo que os filhos das elites britânicas frequentavam as tradicionais escolas e faculdades privadas (McVICAR, 1990). Por outro lado, advindo da direita, e principalmente dos Conservadores, clamava-se por uma educação que estivesse mais atrelada às necessidades da economia (McVICAR, 1990).

Com a eleição de Thatcher, e a chegada do Partido Conservador ao poder, abriu-se espaço para que essas demandas pudessem ser, de fato, postas em prática por meio de uma reformatação do sistema educacional britânico. Esta reformatação carrega em si um peso social e ideológico muito importante para o projeto neoliberal que estava sendo construído no país; e por duas vias a educação servia aos objetivos neoliberais. Em uma primeira esfera, existia o papel econômico: visando reviver as margens de lucro do setor privado e, conseqüentemente, dos grandes detentores de capital, era necessário que se trabalhasse para uma redução dos impostos para os mais ricos atrelada a cortes de investimento público em algumas áreas, transferindo aquelas mais rentáveis para a esfera privada. O outro envolvimento da educação no projeto neoliberal, e possivelmente o mais importante deles, está ligado ao reforço de normas, culturas e valores condizentes com o novo consenso a ser buscado, e assim, formar, desde pequenos, cidadãos

dentro de uma normatividade que funcionasse de acordo com os objetivos neoliberais era fundamental (McVICAR, 1990).

Analisando a partir de termos factuais, o gasto público com a educação foi reduzido em 10 pontos percentuais entre 1979 e 1986 (McVICAR, 1990). Nos últimos anos de mandato de Thatcher, houve um crescimento de 4% nesses investimentos; não obstante, a expressiva magnitude dessa redução total causou importantes problemas para o estado da educação no país (McVICAR, 1990). McVicar (1990) afirma, também, que houve uma significativa centralização das decisões orçamentárias e organizacionais na figura do Ministério da Educação; isso se deu em detrimento dos conselhos locais que foram esvaziados de financiamento e poder. Destaca-se também neste aspecto, um reforço à possibilidade dos pais, insatisfeitos com a ideologia socialdemocrata que, segundo os conservadores, era disseminada nas escolas, receberem uma ajuda governamental para transferirem seus filhos para escolas privadas. Conforme McVicar (1990), estas decisões do governo de Thatcher ampliaram a desigualdade entre os estudantes provenientes da elite quando comparados ao da classe trabalhadora e também abriram caminho para um processo cada vez maior para uma possível paulatina privatização de todo o setor educacional.

Tratando do final de seu governo, o enfraquecimento de Thatcher na posição de Primeira-Ministra teve seu principal estopim a partir de uma tentativa de seu governo de alterar o modelo de coleta de impostos no país (RUBINSTEIN, 2003). A proposta, que ficou conhecida como “*Poll Tax*”, estabelecia uma nova taxa, que seria aplicada igualmente para todos os cidadãos do Reino Unido, independentemente das suas condições financeiras (RUBINSTEIN, 2003). Anteriormente, a cobrança deste imposto era realizada a partir dos imóveis registrados para os cidadãos, havendo assim uma relativa proporcionalidade entre as rendas e os valores dos tributos. Desta maneira, o projeto neoliberal tentava dar mais um passo buscando seus objetivos – a *Poll tax* levava a um cenário distributivo que onerava consideravelmente mais as classes trabalhadoras. Não obstante, o projeto não foi bem recebido pela população e protestos e manifestações começaram a ocorrer pelo país (RUBINSTEIN, 2003). Estes foram tratados pelo aparato policial desenvolvido ao longo dos anos de mandato de Thatcher, e a repressão e as prisões em grandes números foram a tônica daqueles dias (RUBINSTEIN, 2003).

A partir de 1989, as pesquisas de opinião mostravam que o apoio popular de Thatcher era menor do que o do Partido Conservador; a Dama de Ferro possuía um dos menores índices de

aprovação de um primeiro ministro desde a década de 1940 (RUBINSTEIN, 2003). Nesse contexto, com um governo já desgastado, a sustentação interna no partido já não era a mesma de outrora (RUBINSTEIN, 2003). Sendo assim, no dia 14 de novembro de 1990, Michael Heseltine desafiou Thatcher pela liderança do partido; no pleito, Thatcher não conseguiu superar os 15 pontos percentuais de vantagem para seu adversário que eram necessários conforme o regulamento do Partido Conservador, exigindo uma espécie de segundo turno. Assim, ao ser desafiada internamente e mesmo ainda estando em maioria, no dia 28 de novembro de 1990, a renúncia oficial da Dama de Ferro foi realizada, deixando marcas intermináveis por todo território do Reino Unido (RUBINSTEIN, 2003).

Após a saída de Thatcher do poder, analisando sob uma perspectiva histórica, é possível fazer um balanço das transformações que seu governo e os objetivos por ele traçados promoveram no Reino Unido, carregando, também, impactos sobre o Sistema Internacional como um todo. Conforme Judt (2014), o *thatcherismo* produziu muitos efeitos, como a redução de impostos, a promoção do livre mercado e do livre empreendimento, as privatizações de indústrias, o patriotismo e o individualismo. Além disso, significou o ressurgimento do Estado britânico a partir de uma administração centralizadora que venceu a batalha contra os sindicatos e parou de ceder às suas demandas. Não obstante, ao lado de um certo reaquecimento de ordem econômica e uma dinamização do setor financeiro, o Reino Unido, como sociedade, sofreu uma dissolução com consequências catastróficas (JUDT, 2014). Para o autor, desprezaram-se e desmantelaram-se os recursos coletivos acumulados durante as quase quatro décadas de estado de bem-estar social no período pós-Segunda Guerra Mundial. Sob a tutela de Thatcher, investiu-se na promoção de uma ética individualista, que visava transformar os cidadãos em acionistas e consumidores, alterando a lógica das relações interpessoais que passavam a seguir cálculos de custo-benefício e interesses (JUDT, 2014). Este movimento, de acordo com o apresentado e discutido no primeiro capítulo, trabalhou para acabar com o antigo consenso social democrata e forjar um novo, que fosse adequado para sustentar a hegemonia neoliberal que se colocava. Neste sentido, o espaço público e as relações pessoais passaram a ser ambientes mercadológicos (JUDT, 2014).

Para Perry Anderson (1995), discutir os efeitos do neoliberalismo é importante para que se entenda seus reais objetivos. Segundo o autor, a partir das experiências britânica e estadunidense, o neoliberalismo foi tornando-se hegemônico, colecionando modelos pelos quatro

cantos do planeta. A mesma compreensão do que é o neoliberalismo, em seu âmago, é compartilhada por Anderson (1995) e por Harvey (2005), com ambos afirmando que todo o projeto neoliberal gira em torno da restauração do poder de classe da elite perante a classe trabalhadora. Esse poder, no capitalismo, está ligado ao controle dos meios de produção e, essencialmente, ao próprio capital. Anderson (1995), sob essa perspectiva, afirma que, em termos práticos, o regime de Thatcher conseguiu reduzir os índices de inflação. Em termos numéricos, os índices inflacionários, que atingiam mais de 20% ao ano antes do começo do mandato conservador, foram reduzidos para menos de 5% no início da década de 1990 (BBC, 2013). Outro êxito neoliberal, diretamente relacionado ao seu projeto de restituição do poder de classe, foi o crescimento das taxas de lucro das empresas, que pode ser percebido não só no Reino Unido, mas também pelo resto do planeta (ANDERSON, 1995).

Com relação ao mercado de trabalho, a balança entre os interesses antagonistas de Thatcher e seus parceiros da elite e aqueles da classe trabalhadora pendeu para o lado dos donos do capital e do poder político. As taxas de desemprego, que já estavam elevadas durante o governo trabalhista, só cresceram ao longo dos anos em que Thatcher foi primeira-ministra. Segundo dados do *Office for National Statistics* (2023), a taxa de desemprego subiu de 5,5%, em 1979, para 7%, em 1990; além de ter atingido uma alta histórica de 11,4% nos primeiros meses de 1984. Aliado ao crescimento do desemprego, o poder de barganha dos trabalhadores também diminuiu. Com menos oportunidades e situados em um mercado com menos garantia de direitos, o número de dias de trabalho perdidos por conta de greves também diminuiu ao longo do período (OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS, 2015). A grande greve dos mineiros de carvão no ano de 1984, citada anteriormente no capítulo, marcou a vitória do governo neoliberal diante dos trabalhadores e foi a última das paralisações de grandes proporções na história do Reino Unido (OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS, 2015).

Anderson (1995), em sua obra, prossegue afirmando que o neoliberalismo foi responsável por uma redução da tributação dos salários mais altos e por um crescimento da Bolsa quatro vezes maior do que dos salários. Todos estes elementos discutidos acima culminaram no aumento da desigualdade social em território britânico. Neste sentido, Piketty (2020) apresenta dados da série histórica da concentração de propriedade no Reino Unido. Analisando estas informações, torna-se evidente que o governo de Thatcher representa o ponto de inflexão da tendência, em voga desde os anos 1910, de redução da fatia de propriedades sob posse dos 10% mais ricos do

país e crescimento da porção dos 50% mais pobres. Consequentemente, sob o governo Conservador, as posses das fatias mais ricas voltaram a crescer. Outro instrumento que pode ser usado para constatar essa mudança é o Índice de Gini, que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e se organiza em uma escala de valores de 0 a 1 – em que 1 representaria o máximo de desigualdade. No momento da posse de Thatcher, em 1979, o coeficiente de Gini do Reino Unido era de 0,284; já no ano seguinte ao final de seu mandato, o número chegava a 0,359 (WORLD BANK, 2017).

Scott-Samuel *et al* (2014), por sua vez, promove uma sumarização das consequências trazidas pelo neoliberalismo em uma obra em que procura discutir os efeitos das políticas de Thatcher com relação ao sistema de saúde. Os dados trazidos em seu artigo constataam que, embora as condições gerais de saúde tenham melhorado no período, as desigualdades intranacionais de acesso aos serviços, geográficas e de classe, cresceram. Neste período, o Reino Unido se tornou um país mais desigual e menos saudável do que poderia ter sido.

Mesmo com essas considerações e dados, o projeto neoliberal de Thatcher sobreviveu após a renúncia da primeira-ministra. Seus sucessores, tanto do Partido Conservador como do Partido Trabalhista, deram continuação aos ideais de Thatcher, reforçando suas políticas e implementando e aprofundando outras (SCOTT-SAMUEL *et al*, 2014). Neste sentido, é possível analisar que o processo de criação de consenso ao redor da hegemonia conseguiu estabelecer uma nova racionalidade que permite que o neoliberalismo se sustente como hegemônico mesmo quando os indicadores argumentam contra o seu sucesso em termos sociais. O capítulo anterior procurou mostrar como se constitui o sujeito dos tempos neoliberais, já este, trabalhou com as questões práticas da virada neoliberal no Reino Unido. No último capítulo deste trabalho, serão discutidas as ações governamentais voltadas para criar, nos indivíduos, essa nova normatividade que os faz consentir com o modo de ser e existir neoliberal, a partir do âmbito do futebol no país.

4 O INDIVÍDUO E A BOLA: O NEOLIBERALISMO CONTRA O FUTEBOL

Ao longo das duas primeiras partes deste trabalho, foram discutidos os aspectos teóricos e histórico-factuais da construção da hegemonia neoliberal no Reino Unido nos anos de mandato de Margaret Thatcher. Conforme exposto anteriormente, o objetivo deste capítulo é realizar um debate que permita identificar, entender e exemplificar a união entre os aspectos neoliberais previstos pela proposição teórica discutida e os acontecimentos que marcaram o período em estudo, usando o futebol como ponto focal para esta análise. Com relação a isso, a escolha do futebol para funcionar como um *proxy* nesta situação não se dá de maneira fortuita ou aleatória. Foram identificados, previamente, diversos fatores que tornam esta opção academicamente relevante e teoricamente adequada. Estes elementos serão discutidos na sequência, para que depois seja possível adentrar, de fato, na análise da atuação do governo de Thatcher no que tange o âmbito futebolístico.

Para falar do futebol, inicia-se pelo campo. No âmbito desta pesquisa, não se trata de discutir modelos de jogo, táticas ou a habilidade dos jogadores; a característica fundamental do futebol que importa aqui é que ele é, em sua essência, um jogo coletivo. Conforme Scaglia (2003), as ações individuais que ocorrem no decorrer de uma partida geram ações grupais, e, neste sentido, o ato de jogar, e o de compreender o jogo, só podem ocorrer a partir dessas relações que se estabelecem entre os jogadores. Torna-se uma engrenagem, que pode servir como alegoria para a sociedade, que é muito mais que a soma das ações e dos comportamentos dos indivíduos.

Para DaMatta (1982), o esporte é parte da sociedade, assim como a sociedade faz parte do esporte. Segundo o autor, é impossível compreender uma atividade sem posicioná-la e fazer referência à totalidade na qual ela está inserida. DaMatta (1982, p.23) afirma que “uma sociedade se revela tanto pelo trabalho quanto pelo esporte, religião, rituais e política”. Robert Cox, em seus trabalhos discutidos anteriormente (1981; 1983; 1994), não cita nominalmente o futebol como exemplo de âmbito e espaço pelos quais a hegemonia se cristaliza. Não obstante, a análise de suas obras permite que esta compreensão seja feita, afinal, conforme DaMatta (1982), cada um dos elementos citados anteriormente funciona como uma espécie de filtro pelo qual a ordem social e, nas palavras de Gramsci e Cox, a hegemonia, se constrói e reconstrói. Neste sentido, DaMatta (1982) afirma que a partir da compreensão do futebol como uma atividade da sociedade,

pode-se entender que o esporte é uma expressão daquela sociedade, que carrega certa perspectiva, regras, relações, objetos, gestos, ideologias; funda-se, assim, um *espaço do futebol* que é socialmente relevante. Para efeitos desta pesquisa, constitui-se, dessa maneira, a possibilidade de olhar para os processos hegemônicos por meio do que o futebol representa, do que se faz dele, do que se combate nele e das transformações que nele ocorrem.

Observando em termos históricos, o berço do futebol em sua expressão moderna é o Reino Unido durante a segunda metade do Século XIX (RUSSELL, 1999). Não obstante, ainda no Século XVIII, uma multiplicidade de jogos que se assemelhavam de alguma maneira ao futebol dos dias atuais eram praticados nos povoados e cidades do país. As partidas destes esportes do passado eram disputadas geralmente pelos membros das classes mais populares, que as tinham como passatempo (KITCHING, 2015). A formalização das normas do futebol, por meio de um regulamento a ser cumprido pelos praticantes em todo o país, se deu a partir de uma série de encontros na cidade de Londres em 1863, que culminaram na fundação da *Football Association* (FA). Em seu início, o esporte era uma atividade de homens da elite, geralmente jovens universitários provenientes de famílias abastadas que recebiam *status* de cavalheiros quando membros das equipes (RUSSELL, 1999).

O primeiro torneio de grande importância, a FA Cup, foi disputado na temporada de 1871-1872, constituindo-se como o campeonato mais antigo que se tem registro no futebol mundial (RUSSELL, 1999). Já a partir dos anos finais da década de 1870, uma transformação começa a ser percebida nos gramados britânicos. Nesse sentido, Duke (2002) afirma que, neste período, a difusão da meia jornada de trabalho nas fábricas têxteis da província de Lancashire foi de crucial importância para que o interesse dos trabalhadores industriais e do comércio pelo jogo passasse a crescer, já que tal fato deu origem a clubes ligados às fábricas e aos grupos da classe trabalhadora. Pouco tempo depois, a FA Cup de 1883 foi a primeira vencida por um clube popular, não oriundo das escolas e universidades da elite. Em 1885, estabeleceu-se o profissionalismo no futebol britânico, permitindo que os atletas passassem a ser remunerados pelo seu trabalho dentro das quatro linhas (RUSSELL, 1999). Conforme Russell (1999), os 50 clubes filiados à FA em 1871 se tornaram 12 mil em 1914; enquanto que os 600 mil torcedores que frequentaram os estádios na temporada inaugural do Campeonato Inglês (*Football League*) na temporada de 1888-1889 se tornaram 8,7 milhões 25 anos depois. Essa expansão em direção

às classes populares aumentou substancialmente a incipiente fama do esporte, que, gradativamente, se tornava cada vez mais uma paixão nacional.

Ainda partindo das contribuições de Russell (1999), é possível afirmar que o futebol no Reino Unido passou a ser constituído, majoritariamente, pelas classes trabalhadoras, recebendo delas a maior porção dos jogadores e torcedores que, ao longo dos mais de 100 anos de história, viveram e vivem o esporte. Neste sentido, o autor afirma que é inegável que os trabalhadores, durante todo este período, conferiram sua identidade ao esporte, legando ao jogo seus valores e culturas por meio do jeito de torcer e participar do futebol (RUSSELL, 1999). Não obstante, ele também identifica que, neste processo, há um embate que provém do choque destes valores com as identidades dos administradores e governantes do esporte, que seguiram sendo, em grande parte, oriundos das classes mais abastadas. Assim, no futebol, também se reproduzem as dinâmicas da luta de classes e da própria formação de hegemonia, que também podem ser encontradas nas indústrias, nas escolas, na imprensa e no espaço político, por exemplo (RUSSELL, 1999).

A partir deste período, o futebol se tornou também um fenômeno global, difundindo-se pelo planeta como uma exportação direta dos britânicos. O jogo foi substituindo os passatempos locais como o esporte favorito de grande parte dos países em que a bola começava a rolar nos gramados (WALVIN, 2004). Os bens e capitais britânicos que circulavam o globo no período anterior à Primeira Guerra Mundial eram acompanhados por cidadãos ingleses que viajavam e levavam seus costumes para as outras localidades. Assim, o futebol começou sua dispersão e logo em sua chegada já se colocava no cotidiano dos cidadãos dos mais diversos lugares (WALVIN, 2004).

Desde sua criação, o futebol foi se expandindo como o jogo do povo. No Reino Unido, ao longo das décadas seguintes, o número de clubes, atletas profissionais e torcedores crescia, ao passo que todos os âmbitos do jogo se tornavam mais profissionalizados e organizados (WALVIN, 2004). Não obstante, não é somente o fato do futebol ser o esporte número um do Reino Unido que o traz para esta discussão. O futebol carrega em si uma dimensão social que o coloca como um elemento de atenção perante as políticas neoliberais que passaram a ser aplicadas a partir da eleição de Margaret Thatcher em 1979. Este elemento pode ser identificado a partir do entendimento do futebol como sendo um espaço promotor de comunidades e coletividades que desviam do projeto individualizador e atomizador do neoliberalismo.

Conforme Brown, Crabbe e Mellor (2006), os clubes de futebol profissionais na Inglaterra possuem suas raízes estabelecidas nas comunidades, afinal, dentre os times de maior sucesso no país, grande parte tem suas origens em organizações comunitárias, como igrejas, clubes sociais e sociedades oriundas do trabalho e, esses laços permaneceram firmes com a profissionalização do esporte ao longo das décadas seguintes a ela. Para Duke (2002), neste futebol inglês incipiente do final do Século XIX, os novos clubes que se formavam produziam um sentimento de pertencimento para os trabalhadores, fossem eles os jogadores ou os torcedores, que os compunham, em meio a um período de rápida urbanização e mudanças sociais. A vasta maioria dos clubes fundados neste momento compartilham seus nomes com as cidades, os bairros, os vilarejos, as províncias onde surgiram. Para Brown, Crabbe e Mellor (2006), isto supria, para um grande número de cidadãos, um papel de representatividade nestas áreas urbanas.

Ao encontro disto, Tony Mason (1989), em sua clássica obra “*Sport in Britain*”, afirma que o futebol contribui para o senso de identidade e pertencimento dos indivíduos a um grupo ou coletividade, podendo ser relacionado a um distrito, a um vilarejo, a uma cidade, mas também a uma cor ou a uma classe. De maneira similar, para Richard Holt (1989), os clubes de futebol são um dos principais agentes por meio dos quais identidades sociais coletivas são criadas e reforçadas. O autor completa afirmando que os ambientes do futebol são espaços de representação nos quais são ensinadas normas de comportamento e valores para as pessoas (HOLT, 1989). Além disso, Holt (1989) cita que os ídolos dos times e do futebol em geral historicamente atuam como exemplos de espírito e atitude para as comunidades que representam, e que os clubes de futebol ajudam a permitir que as comunidades conheçam a si próprias e diferenciem-se de outros grupos. Para o autor, essa emergência dos clubes de futebol como locais para representação comunitária está ligada ao fato de que o período no qual este fato se situa era um momento de rápida urbanização, com cidades amorfas e sempre em expansão que dificultavam a reprodução deste sentimento em outras áreas da vida cotidiana. Um encontro entre duas necessidades, a de estabelecer raízes e a de empolgação e excitação, tornava o futebol tão atraente durante aquele período (HOLT, 1989).

Brown, Crabbe e Mellor (2006), porém, procuram ampliar essa noção de coletividade que é formada no futebol, buscando ultrapassar esse conceito que afirma os vínculos como sendo atrelados fundamentalmente ao local geográfico onde os times são criados. Os autores, então, se propõem a debater as concepções “simbólicas e pós-modernas” de comunidade, identificando-as

no âmbito futebolístico (BROWN; CRABBE; MELLOR, 2006). A primeira destas está ligada ao conceito de “comunidade simbólica” elaborado por Anthony Cohen (1985). Essa conceituação rejeita as tentativas de reduzir as comunidades para categorias espaciais, enfocando a importância dos símbolos para definir o que constitui estes coletivos. A partir disso, os autores afirmam que, conforme esta visão de Cohen, os rituais da comunidade no âmbito do futebol ocorrem ao redor ou por meio destes símbolos que cada clube possui. Como exemplos destes, estariam as cores, o escudo, o mascote, os gritos de guerra, alguma determinada origem, uma maneira específica de torcer, um jeito de jogar. Sendo assim, essa comunidade não seria organizada a partir de um elemento fixo e praticamente imutável, como uma localidade geográfica, mas sim por entidades que podem ser constantemente reinterpretadas e renegociadas, além de outras que podem deixar de ser representativas para determinado grupo e que dão lugar a novos simbolismos. Este ponto trabalhado pelos autores permite localizar a agência dos indivíduos e do coletivo na construção da comunidade (BROWN; CRABBE; MELLOR, 2006).

Um segundo ponto abordado pelos autores está ligado a uma visão funcionalista e antropológica das comunidades. Esta corrente buscou trabalhar com os momentos como carnavais, peregrinações, ritos de passagens, ou rituais nos quais a normalidade é suspensa. Os pesquisadores desta linha estão interessados em discutir o papel destes momentos para a produção ou renovação dos sentimentos de coletividade e identidade para os grupos (BROWN; CRABBE; MELLOR, 2006). Neste sentido, estes períodos temporais que ocorrem entre a normalidade cotidiana, como uma importante partida de futebol, se constituem como um espaço “fora do tempo”, e, nestes, um tipo anti-estrutural de formação de laços que temporariamente oblitera diferenças entre as pessoas se realiza, proporcionando a formação das comunidades (BROWN; CRABBE; MELLOR, 2006). Brown, Crabbe e Mellor (2006) afirmam que é inegável que nos estádios, quando um gol é marcado, possíveis rivalidades existentes entre os cidadãos presentes naquele espaço, torcedores da mesma equipe, são esquecidas e uma ligação é formada e reforçada.

Os autores, porém, buscam argumentar que, para muitos torcedores, a comunidade não se limita somente a estes momentos esporádicos e especiais, sendo, na verdade, uma parte estruturante das suas vidas, que os permite sentir-se pertencentes a algo em um mundo contemporâneo cheio de fragmentações (BROWN; CRABBE; MELLOR, 2006). Esta colocação vai de encontro ao que Bauman (2000) propõe, já que o autor afirma que essas comunidades

formadas seriam apenas momentâneas, temporárias, *ad hoc*s. Não obstante, Brown, Crabbe e Mellor (2006), afirmam, em sua pesquisa, que foram observados e encontrados diversos tipos de socialização que poderiam ser encaixados como sólidos ou modernos em laços de família, de vizinhança e de amizades que são regidos, mantidos e organizados principalmente por causa do futebol. Para Bauman (2000), estes espetáculos, em que se enquadram os jogos de futebol, se tornaram eventos nos quais as pessoas apenas temporariamente se unem como uma comunidade e, com seu término, voltam a suas vidas individualizadas, sem formar um compromisso de reciprocidade com os parceiros. No entanto, com relação a este tema, Brown, Crabbe e Mellor (2006), contra-argumentam, ao afirmar que ao longo de seus estudos, puderam entender que muitas das relações que são constituídas nos espaços do futebol ultrapassam essas fronteiras e persistem para além do jogo.

Por fim, apoiando-se na pesquisa de Scott Lash acerca das comunidades reflexivas, Brown, Crabbe e Mellor (2006) afirmam que o futebol é, em grande medida, uma comunidade escolhida pelas pessoas. Diferentemente de uma nacionalidade, por exemplo, os torcedores podem decidir para qual time vão torcer, baseados em inúmeros critérios que para eles fazem sentido. Além disso, existem diferentes níveis de comprometimento com a comunidade, que estão suscetíveis aos significados que cada um dá para o seu time do coração, por exemplo (BROWN; CRABBE; MELLOR, 2006).

Em uma discussão que se conecta com esta, o geógrafo inglês Christopher Gaffney (2008) se propõe a trabalhar com os estádios e seus significados para as sociedades. Neste sentido, é importante ressaltar que, para o autor, o estádio é o espaço principal onde o futebol se realiza em grande parte dos seus âmbitos. Discuti-los desta maneira, permite que se entenda mais sobre o jogo e seus elementos, que podem passar despercebidos em uma análise menos ampla. Para Gaffney (2008), os estádios importam para a sociedade de maneira significativa, pois neles são compartilhadas emoções em um determinado período de tempo. Nesses momentos, é produzida uma memória coletiva, carregada com um senso de participação e, a partir disso, criam-se identidades e ritos, cria-se um “nós” e, logicamente, um “eles”.

Segundo o autor, os estádios – e o futebol, conseqüentemente – podem servir como lentes para que se observe culturas e se analise processos históricos, econômicos, políticos, socioculturais e tecnológicos. Para ele, estes espaços permitem que sejam apreendidas as características sociais, religiosas, culturais, sexuais e políticas daquele determinado local e

determinada época em que se está observando (GAFFNEY, 2008). Gaffney (2008) considera que os estádios são locais de convergência, reunindo um amplo espectro da sociedade em um espaço limitado. Neste sentido, seus valores social e econômico passam a ser cada vez mais valorizados seguindo a lógica capitalista. Não obstante, em uma percepção que se distancia da materialidade do dinheiro, por parte dos frequentadores assíduos os estádios se tornam locais “sagrados”, locais especiais gerados pelas características transcendentais de grandes agrupamentos de pessoas e da capacidade emotiva do esporte (GAFFNEY, 2008). Este ponto dialoga de maneira bastante aproximada com a ideia das comunidades geradas por meio dos momentos desviantes do cotidiano, apresentada anteriormente.

Gaffney (2008) argumenta que os estádios marcam o local em que há um descolamento do conjunto regular de normas sociais, com os torcedores vivenciando outras normas de comportamento, outras permissões e outras proibições. O autor, enfaticamente, faz uma importante afirmação sobre a conexão estabelecida pelos torcedores: “enquanto a bola flutua pelo ar e os jogadores se movem para encontrá-la, os torcedores se transformam de *eu* para *nós* [...] e esse *nós* surge como uma conexão duradora marcada no espaço e no tempo” (GAFFNEY, 2008, p. 26, tradução nossa, grifo no original). Neste sentido, a experiência de se estar em uma partida de futebol coloca os torcedores em meio a uma multidão e “apaga” o mundo exterior por 90 minutos. Os presentes nestes momentos estabelecem relações com o evento, com o lugar e com seus companheiros de arquibancada, usando as mesmas cores e símbolos, fazendo os mesmos gestos, cantando as mesmas músicas. A intersecção de diversos grupos sociais gerada por estas situações cria laços comuns que transcendem a realidade individual e cotidiana de todos (GAFFNEY, 2008). Por fim, Gaffney (2008) afirma que, pelo fato de os estádios serem um dos poucos espaços que reúnem pessoas de diversas classes sociais em um mesmo momento, eles se tornam ferramentas úteis para a análise de uma sociedade. Observando os padrões de comportamento e ocupação destes espaços ao longo do tempo torna-se possível identificar as transformações sociais que ocorrem em relação àquele grupo populacional.

Tratando ainda dos estádios, Stephanie Charleston, psicóloga na Universidade de Sunderland, produziu um artigo discutindo a importância dos estádios para os torcedores, discutindo-os como uma representação de suas casas (CHARLESTON, 2008). De maneira inicial, ao conceituar o que seria uma casa, a autora afirma que se trata de um local que provê as necessidades psicológicas básicas, como segurança, controle e conforto. Além disso, estão

associadas a noções de família, relacionamentos, pertencimento, raízes, memórias. Assim, um amálgama dessas conexões e sentidos pessoais resulta no estabelecimento de laços com a localidade (CHARLESTON, 2008). Em seu trabalho, a pesquisadora buscou posicionar o estádio dentro destes quesitos, e, por meio de uma pesquisa quantitativa, verificar se esta hipótese se confirmava na prática. Como resultado, foi encontrado que a principal ligação entre os estádios e os lares se dá a partir da intrínseca natureza social do futebol, já discutida anteriormente, que torna esse esporte um componente importante na vida social de muitos torcedores. Assim como a casa, encontrou-se que os estádios promovem oportunidades para o estabelecimento de relações de grupo e comunidade, além de, por muitas vezes, estreitar os laços familiares (CHARLESTON, 2008). Dentre as afirmações do questionário proposto pela autora que receberam um índice de concordância mais elevado estão: “‘Eu considero o estádio do meu time um lugar especial.’; ‘Eu ficaria triste se meu time se mudasse do atual estádio’; ‘Frequentar um jogo de futebol no meu estádio me faz sentir-me vivo’; e ‘Muitas das minhas melhores memórias ocorreram no estádio do meu time’ (CHARLESTON, 2008, p.147, tradução nossa).

Outro aspecto social que vale mencionar acerca do futebol está ligado ao estabelecimento de relações entre homens. Conforme Gaffney (2008), em muitas culturas, a participação e o engajamento em atividades esportivas, e futebolísticas, é um sinal de heterossexualidade, sendo, portanto, o ambiente do futebol um ambiente em que a norma é ser heterossexual. Não obstante, a natureza e o caráter do jogo criam uma ligação emocional entre os jogadores e também os torcedores; cria-se um espaço de congregação entre homens que estão ali pelo mesmo motivo: ver o seu time vencer. Nesse sentido, o futebol se torna um espaço em que presenciar homens demonstrando afeto por meio de abraços e beijos se torna uma prática aceitável em uma sociedade que impõe a heteronormatividade como único padrão possível; afinal, a suposta indubitável heterossexualidade que o esporte carrega permite que atos, que em outros espaços, seriam considerados homoafetivos, sejam permitidos (GAFFNEY, 2008). Assim, há mais este elemento que deve ser levado em consideração ao pensar os impactos sociais que o futebol produz, as diversas camadas de relações interpessoais que dele são derivadas e que são influenciadas pelos projetos políticos que transformam o futebol.

Nesta parte inicial da terceira seção deste projeto, procurou-se discutir o futebol como um espaço criador de comunidades e de coletividades e que, neste sentido, torna-se antagônico ao projeto neoliberal; justificando assim a possibilidade de usá-lo para analisar a sociedade inglesa

daquele tempo. O primeiro capítulo deste trabalho mostrou que a transformação neoliberal ocorrida na parte final do Século XX era muito mais do que uma simples mudança no sentido da condução da economia e da política estatais. Conforme Casara (2021), o neoliberalismo busca criar uma nova racionalidade, um novo tipo de sujeito que sejam compatíveis com os preceitos pregados pelos novos líderes políticos que chegaram ao poder neste período. Neste sentido, por meio dos aparatos e mecanismos hegemônicos da classe dominante, aqueles elementos que moldam comportamentos e expectativas nos cidadãos, é transmitida esta normatividade consistente com a ideologia em vigor (COX, 1981). O futebol inglês, como este espaço social, foi palco de políticas governamentais que o transformaram de maneira radical, e que carregavam em si os objetivos fundamentais de Thatcher e sua lógica neoliberal. A partir deste ponto, serão discutidos alguns acontecimentos que retratam este movimento por parte do governo, as repercussões para o jogo e os impactos sociais que podem ser percebidos.

Ao discutir o futebol inglês no período de governo de Margaret Thatcher, é imprescindível que seja posto em questão o debate acerca do *hooliganismo*. Conforme Dunning (2000), o *hooliganismo* é muito mais uma construção política e midiática do que um conceito psicológico ou sociológico. Este fenômeno diz respeito aos comportamentos e eventos violentos que acontecem nos estádios ou que têm sua origem a partir do futebol, e, mesmo que o termo tenha sido cunhado a partir do contexto inglês, é importante ressaltar que a violência no futebol foi e é uma realidade global (MURPHY; WILLIAMS; DUNNING, 1990). Diferentemente do que se propagandeou na época, o *hooliganismo* é um elemento que, desde a criação do futebol moderno, nas décadas finais do Século XIX, esteve presente no Reino Unido (DUNNING, 2000). Em termos quantitativos, a pesquisa de Dunning (2000) indica que o gráfico que retrata o número de casos de violência no futebol em relação ao tempo teria uma forma de “U”: os dados colhidos até a Primeira Guerra Mundial apontam um alto índice de casos, que reduziu durante o período entreguerras e que voltou a crescer a partir dos anos de 1960. Conforme Campbell (2022), a década de 1970 foi palco da criação das *firms*, que seriam os grupos de torcedores mais violentos dos times, que acompanham o clube nos jogos de visitante e realimentaram as brigas no espaço do futebol. Nos anos de 1980, as *firms*, já consolidadas e com grande número de membros passaram a atuar mais coordenadamente, aumentando os índices de violência relacionada ao esporte.

Recuperando o que foi exposto anteriormente, até o período de governo de Thatcher, o futebol era um espaço ocupado principalmente pela classe trabalhadora (RUSSELL, 1999) e a mesma composição demográfica pôde ser encontrada pelos estudos realizados na época sobre a população envolvida nos episódios violentos no âmbito futebolístico (DUNNING, 2000). Não obstante, em linhas gerais, os depoimentos dados por cidadãos que se envolveram com o *hooliganismo* dão a entender que a prática está ligada a sentimentos de masculinidade, territorialidade e excitação, e que as brigas carregam e promovem *status* e reputação para os vencedores (DUNNING, 2000). Segundo Dunning (2000), não existem significativas menções a ideologias ligadas à classe trabalhadora presentes nas falas dos *hooligans*. Neste sentido, Campbell (2022) afirma que a associação entre, especificamente, os torcedores de futebol da classe trabalhadora e a violência, realizada pelo governo de Thatcher, ao classificá-los como um dos grandes problemas do país, possuía objetivos sobretudo políticos e ideológicos.

Entendendo estes pontos, é possível prosseguir e debater a atuação do governo de Thatcher, no que diz respeito ao ambiente futebolístico. Ao longo dos anos de mandato, as medidas tomadas pelos *tories* neste tópico tiveram como principal foco a questão dos *hooligans* e da violência nos estádios, porém, acompanhando-a, há uma série de objetivos políticos, econômicos e sociais que acompanham, os quais serão explorados posteriormente. Conforme Campbell (2022), no final da década de 1970, retomando Hall (1978), a visão que a população tinha acerca do *hooliganismo* passava por um processo de transformação e de remodelação, por parte da mídia, no sentido de desumanizar os *hooligans* e aumentar a escala do problema. Para Taylor (1982), ainda no início do mandato de Thatcher, era possível identificar que o governo possuía uma retórica autoritária populista, que visava inflamar a opinião pública com relação aos *hooligans*, contando também com a ação da mídia tradicional, que explorava os acontecimentos para criar uma espécie de pânico moral na população. Ao encontro destes argumentos, Armstrong e Young (1999) afirmam que a demonização dos *hooligans* passou a ocorrer juntamente com o *thatcherismo*, que negava o conceito de sociedade e buscava combater qualquer forma de demonstração coletiva da classe trabalhadora. É neste sentido que a guerra aos *hooligans* começa no Reino Unido, porém, o real adversário era o futebol como um todo, a partir de sua essência promotora de coletividade e sua ligação íntima com a classe trabalhadora.

Campbell (2022), em sua obra “*The enemy within’: football hooliganism and the Miners’ Strike*”, propõe o argumento de que, não só os torcedores e os trabalhadores foram combatidos da

mesma forma, mas que esta repressão sofrida por eles era parte de uma estratégia governamental para lidar com a classe trabalhadora. Neste sentido, sindicalistas e torcedores foram retratados pelo governo como bandidos, e esse discurso foi acompanhado por uma autoritária legislação promulgada no período que ampliou o poder da polícia, conforme discutido no capítulo anterior. Como consequência, os casos de brutalidade policial eram comuns durante greves e partidas de futebol (CAMPBELL, 2022).

Em 1985, um trágico episódio em Bruxelas, Bélgica, propiciou a intensificação da retórica governamental e midiática contra o futebol. No dia 29 de maio daquele ano, a Juventus da Itália e o Liverpool da Inglaterra se preparavam para disputar a final da Copa dos Campeões da Europa, o principal torneio de clubes do continente (MULLEN, 2015). Cerca de uma hora antes do apito inicial, já dentro do Estádio Heysel, torcedores do clube inglês invadiram uma área destinada para torcedores italianos que, em fuga, foram pressionados contra uma parede que colapsou, deixando 39 mortos e mais de 600 feridos (MULLEN, 2015). De maneira inicial, internacionalmente e domesticamente, os torcedores ingleses foram considerados culpados pela tragédia. Não obstante, a logística montada pelas forças de segurança e a entidade organizadora do jogo posteriormente passaram a ser consideradas como uma das chaves para que aquilo ocorresse. A incapacidade de controle da multidão e a falta de policiamento em número adequado dentro do estádio contribuíram para que a tensão entre as torcidas crescesse e para que a confusão tenha se transformado em um desastre desta magnitude. Mesmo com este cenário desolador, a União Europeia de Associações de Futebol (UEFA), optou por manter a partida (MULLEN, 2015).

Como consequência esportiva deste ocorrido, os clubes ingleses foram banidos das competições europeias, punição que durou cinco temporadas. Porém, no cenário interno, o ocorrido marcou uma oportunidade para que houvesse um recrudescimento da atitude governamental, que colocou em prática uma política muito mais agressiva e punitiva (CAMPBELL, 2022). Duas medidas significativas foram promulgadas em resposta a Heysel: o Ato de Eventos Esportivos (UNITED KINGDOM, 1985), que proibiu o consumo de álcool nos estádios e garantiu maiores poderes para a polícia buscar e prender torcedores; e o Ato de Ordem Pública (UNITED KINGDOM, 1986), que permitiu que a polícia controlasse a circulação dos torcedores e detivesse-os caso apresentassem uma “conduta desordeira”, mesmo que não tivessem efetivamente cometido crimes (CAMPBELL, 2022).

Além destas leis, a partir do ano de 1984, foi iniciada a construção de grades maiores e mais resistentes nas arquibancadas. Estas tinham o objetivo de dificultar a invasão do terreno de jogo por parte dos torcedores. Não obstante, carregavam uma imagem extremamente problemática, que assemelhava os frequentadores dos estádios a animais, que passaram também a ser monitorados pelos circuitos de câmeras e que, se não fossem proibidos, estariam a um copo de cerveja de cometer atos violentos (CAMPBELL, 2022).

A retórica de Thatcher e seus aliados nos discursos oficiais ao longo do mandato reforçava esse combate aos torcedores de futebol. Em conferência de imprensa no ano de 1985, a Dama de Ferro descreveu os torcedores como incivilizados, e o jogo de futebol como uma forma de confronto tribal, que seria 200 anos atrasado em relação ao restante da sociedade britânica (CAMPBELL, 2022). Após Heysel, Thatcher criou um “Comitê de Guerra” para combater as ações dos *hooligans* pelo país; assim, a Primeira-Ministra deixava claro que, como os sindicalistas, os fãs do futebol eram inimigos do Estado e seriam combatidos (HARRIS, 2016). A imprensa alinhada à Thatcher, principalmente representada pelo *The Sun*, o jornal de maior circulação no país na época, produzia a retórica mais crítica em relação aos torcedores e aos trabalhadores. De maneira preconceituosa, veículos associavam o *hooliganismo* às origens pobres dos torcedores, associando a classe trabalhadora à violência e à desordem (CAMPBELL, 2022).

Em linhas gerais, por parte do governo e da imprensa, a ideia que foi passada para a população foi a de que a desordem e os desastres estavam intrinsecamente ligados. Não obstante, as duas maiores tragédias, em números de vítimas, no território britânico não se originaram a partir de atos violentos (FROSDICK; MARSH, 2005), e somente duas das 44 tragédias citadas por Elliot, Frosdick e Smith (1999) tiveram como causa imediata o comportamento desordeiro dos torcedores. Na verdade, a grande maioria destas tragédias foi causada pela má atuação das forças de segurança e pelas más condições dos estádios para receber os espetáculos futebolísticos. O teórico combate aos *hooligans* levado a cabo pelo governo neoliberal de Thatcher, era, em suma, um combate ao futebol, às tradições da classe operária e aos mecanismos comunitários presentes na sociedade britânica. A tragédia de Hillsborough, em 1989, marcou drasticamente a história futebolística inglesa, e se constituiu como um exemplo que aborda muitas facetas destas atitudes governamentais com relação ao espaço do futebol.

No dia 15 de abril de 1989, em Sheffield, Liverpool e Nottingham Forest se enfrentariam na fase de semifinal da *FA Cup*. O estádio escolhido, *Hillsborough*, contava com capacidade para

mais de 50 mil pessoas, porém era um estádio antigo que havia sido parcialmente renovado para a disputa da Copa do Mundo em 1966 (HILLSBOROUGH, 2014). Como de praxe, cada equipe tinha sua torcida alocada atrás das goleiras, e, naquela ocasião, os torcedores do Liverpool foram destinados para o setor da rua *Leppins Lane*. Não obstante, cerca de uma hora antes da partida iniciar, a entrada da torcida do Liverpool no estádio, que se dava apenas por um portão, começou a ficar congestionada. Minutos antes da partida começar, a situação fora das dependências de *Hillsborough* começou a preocupar as autoridades, tendo em vista que muitas pessoas começaram a ser prensadas contra a entrada. A decisão da polícia, para evitar uma tragédia naquele momento foi abrir uma das entradas laterais que davam acesso aos túneis para as arquibancadas. Neste momento, milhares de pessoas, a maioria delas portando ingressos, foram diretamente enviadas para o setor central da *Leppins Lane*, que já estava com a capacidade máxima extrapolada. Deste modo, as pessoas começaram a ficar esmagadas, e buscavam invadir o campo por cima da grade de proteção. A primeira reação da polícia diz muito sobre o sentimento que a corporação tinha em relação aos torcedores: ao invés de buscar proteger a população, de maneira inicial pensou-se que se tratava de uma desordem causada por *hooligans* que tentavam adentrar o terreno de jogo (HILLSBOROUGH, 2014).

Quando a partida foi interrompida, aos seis minutos de jogo, o pânico já havia se instaurado, e a disputa então se travava entre a vida e a morte. Por conta dos acontecimentos daquela tarde em Sheffield, 97 torcedores faleceram, tornando esta a maior tragédia da história do futebol inglês. Os relatórios iniciais da polícia buscavam culpabilizar os torcedores, afirmando que a bebida e o mau comportamento seriam os responsáveis pelo ocorrido. Esta versão foi tida como oficial pela mídia e pelos governantes por mais de duas décadas, enquanto as famílias das vítimas lutavam por justiça (HILLSBOROUGH, 2014). No entanto, em 2012 foi publicado o *Hillsborough Independent Panel* (HIP, 2012). Este extenso relatório trouxe novos detalhes que contaram uma outra história sobre os fatos ocorridos naquele dia. A conclusão obtida pela organização foi a de que o plano estratégico traçado pela polícia para aquele dia não foi completamente implementado, que o resgate às vítimas foi atrasado devido à falta de liderança e coordenação e que houve um significativo atraso das equipes de emergência que poderiam ter salvado pelo menos 41 vidas (HIP, 2012). O mesmo painel afirma categoricamente que Margaret Thatcher foi informada pelos seus assessores que a crítica falta de preparo policial havia influenciado diretamente na magnitude da tragédia. E, neste sentido, a portavoza da *Hillsborough*

Justice Campaign acusa a ex-Primeira Ministra de ter protegido a polícia como um retorno de favor por conta da ajuda recebida durante a greve dos mineiros em 1984 (PALMER, 2012). Neste contexto, é importante ressaltar que a cidade de Liverpool, com sua origem industrial e sindical, era um dos locais em que a popularidade de Thatcher era mais baixa. Para a Primeira-Ministra, posicionar seus opositores como os culpados por uma tragédia desta magnitude pode ser considerado como uma vitória política (HILLSBOROUGH, 2014). Somente na segunda década do Século XX, os familiares das vítimas conseguiram que a justiça processasse os comandantes das forças policiais, os verdadeiros culpados pelo ocorrido, porém, por muito tempo, a imagem dos torcedores foi vinculada a uma figura animalésca responsável pela morte de seus amigos e familiares (HILLSBOROUGH, 2014).

Este desastre abriu espaço para que o governo, juntamente com a federação de futebol, colocasse em prática uma medida que transformou o esporte no Reino Unido. Nos meses seguintes, o Parlamento determinou que todos os estádios da primeira e da segunda divisões do campeonato inglês, além dos estádios usados para jogos internacionais, deveriam ser “*all seated*”; ou seja, que todos os torcedores deveriam assistir ao jogo sentados, proibindo a existência de espaços de arquibancadas onde fosse permitido torcer em pé (RIGG, 2019). Esta legislação, que embora pareça irrelevante socialmente em uma interpretação mais descuidada, teve como efeito uma mudança significativa no espaço do futebol no país. Em primeiro lugar, o setor de arquibancadas, conhecidos como *terraces*, eram os locais de ingressos com preços mais acessíveis nos estádios, e, conseqüentemente, os locais principalmente ocupados pelas classes populares. Com a extinção destes setores, essa camada da população passou a ter menos oportunidade de acompanhar seus times do coração, já que o preço médio do bilhete aumentou devido à diminuição da capacidade dos estádios e devido ao fato de que, a partir da determinação governamental, os clubes que tiveram que arcar com os custos das reformas.

Assim, um projeto de elitização do futebol passou a ser posto em prática (DUKE, 2002). Com relação a isso, Kelly (2015) afirma que o valor médio dos ingressos para as partidas do Arsenal, um dos mais tradicionais times londrinos, era de 7,26 libras na temporada de 1990-91 e chegou ao valor de 19 libras na temporada final da década de 1990. Este aumento é substancialmente maior do que a valorização dos salários e do que o *Retail Price Index* (RPI) indica em termos reais (KELLY, 2015). Neste sentido, torna-se nítida a elitização do público que pode frequentar os estádios no país. Aqueles que tradicionalmente eram os mais identificados

com o esporte acabaram por paulatinamente ser impossibilitados de acompanhar os seus times nos campos de jogo.

Ademais, a eliminação das arquibancadas não gera somente este impacto financeiro que acarreta na segregação de uma expressiva camada da população dos estádios. Há, com relação à coletividade formada no esporte, um efeito desagregador e individualizador. Conforme Gaffney (2008), a obrigação da presença de cadeiras em todas as áreas do estádio passou a confinar os torcedores aos seus assentos. Assim, as antigas atmosferas dos estádios, inflamadas pelas arquibancadas, foram desaparecendo, enquanto que os frequentadores se tornavam mais velhos, mais ricos e mais contidos. Esse processo gera o que Gaffney (2008) classifica como atomização do público; isto é, cada um ocupa o espaço determinado para si, em um estádio cada vez mais compartimentado. Além disso, o que faz a pessoa poder estar presente não é mais a paixão pelo clube ou as amizades e os grupos que se formam naquele espaço, mas sim, a possibilidade que o indivíduo tem de consumir. Assim, aquele espaço por onde floresciam comunidades foi se tornando simplesmente um lugar no qual clientes se reúnem para consumir um mesmo produto, porém separadamente, cada um em seu assento, sendo este definido a partir da quantidade de dinheiro que se tem no banco. O *nós* que se formava dentro do estádio deixa de existir, os indivíduos que se locomovem sozinhos, advindos do seu trabalho individual, em seus carros individuais, continuam sendo apenas vários *eus*. O sonho neoliberal atinge mais uma parte da vida, a hegemonia neoliberal, destarte, atinge a esfera da superestrutura, pois os ambientes antes coletivos são desmontados, e naturaliza-se o sujeito atomizado por todos os locais que um indivíduo percorre ao longo do seu dia.

Paralelo a este processo que ocorre nas torcidas, Duke (2002) identifica duas tendências de transformação do futebol inglês a partir da neoliberalização que se tornou a tônica do país a partir do governo Thatcher. A primeira delas, que ele chama de *mcdonaldização* (tradução nossa) está ligada aos princípios de administração de uma típica grande empresa capitalista, ou seja, eficiência, calculabilidade, previsibilidade e controle. Neste sentido, o autor afirma que tradições, o foco nos torcedores, a paixão e a relação das pessoas com os clubes estão paulatinamente sendo deixados de lado, com o objetivo de tornar o futebol mais lucrativo para os capitais envolvidos em sua gestão e para os que se aproveitam da popularidade do jogo (DUKE, 2002). Como exemplo, o autor cita os novos horários de partidas que foram implementados a partir da década de 1990. Conforme a tradição inglesa, desde os primeiros torneios disputados nacionalmente, o

horário clássico dos jogos era no início das tardes de sábado. Assim, era possível aproveitar o período de folga que os trabalhadores passaram a receber e contar com iluminação natural para a realização dos confrontos. Porém, visando fornecer um maior número de transmissões para a televisão, que já investia grandes quantias para obter o direito de transmitir os jogos, novos horários foram criados, sem levar em consideração o que isto significaria para os torcedores. Com a fundação da *Premier League*, a versão moderna da liga inglesa, em 1992, jogos nas noites de sextas e segundas-feiras começaram a ocorrer, a despeito das reclamações dos espectadores (DUKE, 2002).

A segunda tendência identificada por Duke (2002) é chamada de *disneylização* (tradução nossa). Esta está associada aos esforços de transformar o futebol em um produto, ligados ao marketing e à padronização dos elementos que envolvem o jogo. Como exemplos, Duke (2002) cita a negociação dos direitos de nome dos estádios que passaram a ocorrer. Nestes casos, o time vende o tradicional nome de sua casa, que passa a carregar uma marca; o *Etihad Stadium*, do Manchester City, é explicativo deste processo. Essas mudanças retratam a face mais visível do neoliberalismo, a que busca transformar tudo em objetos passíveis de serem consumidos, inclusive as pessoas. Nesse sentido, os próprios jogadores cada vez menos possuem identificação com os clubes em que atuam (DUKE, 2002). Além disso, Duke (2002) traça o paralelo entre o espaço do futebol e os âmbitos da saúde e da educação, também discutidos no capítulo anterior. Para o autor, as mudanças ocorridas a partir da década de 1980 aumentaram a desigualdade entre aqueles que conseguem usufruir dos bens e serviços que se tornaram caros, em contraste com os cidadãos que acabam marginalizados por não terem renda suficiente para consumir da mesma maneira.

Conforme a proposição teórica de Cox (1981; 1983; 1994), é necessário entender que estas mudanças hegemônicas não acontecem automaticamente, elas fazem parte de um desenrolar histórico que opõe grupos antagônicos. No caso do futebol do Reino Unido, os donos do poder político e os donos do poder econômico possuíam interesses muito semelhantes. A transformação do futebol narradas por meio dos episódios aqui citados geraram muito dinheiro para um seleto grupo de empresários. Segundo *ranking* produzido pela empresa Deloitte (2023), cinco dos dez clubes que geram mais receita no planeta são ingleses e a *Premier League* é o campeonato nacional de clubes mais assistido no planeta, gerando receitas bilionárias para seus anunciantes (WRIGHT, 2022).

A partir destas mudanças, sob uma óptica capitalista, o campeonato inglês se constituiu como um modelo a ser emulado ao redor do mundo (CLELAND, 2017) . Mesmo que as realidades nacionais sejam extremamente diferentes – como exemplo um time que disputa o Brasileirão percorre um número muito maior de quilômetros do que um que disputa a Premier League – esse modelo hegemônico de se fazer o futebol se dissemina como o melhor – ou seja, o que gera mais lucro - ao redor do planeta. O modelo de campeonato, uma liga de 20 clubes que competem em um sistema de pontos corridos se tornou padrão ao redor do globo. Essas ligas, cada vez mais, adotam a estrutura de uma empresa privada, que, a partir do futebol, busca gerar lucro, sempre almejando valorizar seu produto no que tange ao mercado. Os elementos que guiam a gerência do futebol passando a ser entendidos e medidos a partir de métricas financeiras, de cálculos de custo benefício (SIMÕES, 2021). A transformação dos clubes, oriundos de tradições associativas e das comunidades, como anteriormente discutido, em sociedades empresárias, ocorrida e ampliada no Reino Unido durante o governo Thatcher, está se tornando uma realidade no contexto brasileiro a partir da nova legislação que criou a possibilidade de existência das Sociedades Anônimas de Futebol (SAFs) (SIMÕES, 2021). Essa tendência já é a tônica há mais de duas décadas na Europa, tendo as outras ligas do continente seguido o caminho pioneiro do campeonato inglês. A grande mudança que ocorre aqui é que o lucro financeiro obtido por um clube deixa de necessariamente permanecer na instituição; e esta passa a representar um negócio, uma possibilidade de enriquecimento privado para seus acionistas e proprietários (SIMÕES, 2021); assim altera-se a lógica de existência do futebol, dos clubes, dos dirigentes. Isso se dá a partir de argumentos que se materializam na vida dos torcedores a partir de inúmeros âmbitos do seu cotidiano. Justifica-se que os clubes associativos perderão para as SAFs por não serem administrados seguindo os valores de uma empresa, que teóricamente seria movida por decisões técnicas e profissionais, pela racionalidade de mercado, pela eficiência corporativa (SIMÕES, 2021). A hegemonia neoliberal se cristaliza, tudo passa a se tornar uma empresa, desde o sujeito até o seu time de futebol. O argumento de Cox (1983), com relação a uma hegemonia mundial pode ser percebido neste ponto. A racionalidade de uma classe dominante nacional se dissemina por meio de suas homônimas estrangeiras, a partir das ideias, das relações de produção e das instituições. Estes três elementos vão sendo estabelecidos ao redor do mundo como possibilidades únicas de existência, que precisam ser reproduzidos nas mais diferentes esferas da vida.

Outro exemplo que retrata esta expansão do modelo inglês de se fazer futebol está nos estádios de futebol que foram construídos ou reformados a partir dos anos 2000. A lógica dos estádios *all seated*, explicitada anteriormente, passou a ser aplicada para os mais diversos locais do planeta, mesmo aqueles em que os índices de violência nos estádios – que foi o argumento usado em território inglês – é muito pequeno (GAFFNEY, 2008). As entidades organizadoras do jogo, como a Federação Internacional de Futebol (FIFA), a UEFA, e a Confederação Sul Americana de Futebol (CONMEBOL), em seus grandes campeonatos, como a Copa do Mundo, a Champions League e a Libertadores, passaram a exigir determinados requisitos para que os times possam receber as partidas em seus estádios. Assim, as características dos reformados estádios ingleses foi paulatinamente sendo disseminada pelas canchas dos outros países e continentes, a despeito das vontades dos torcedores, das culturas e dos modos de torcer de cada localidade.

Existe, porém, resistência por parte de torcedores que desejam manter o tradicional significado do jogo, que é a sua torcida, vivo. Como exemplo, em 2018, uma primeira tentativa, após campanhas realizadas por torcedores, de cancelar a proibição das arquibancadas foi vetada no Parlamento, porém, este movimento ganhou força e, na temporada de 2022-23, os times puderam criar espaços em seus estádios, sob inúmeros cuidados e exigências, para que torcedores possam apoiar seus times em pé (HUDDLESTONE, 2022). Não obstante, pesquisas apontam que o jeito de torcer e de entender o futebol no Reino Unido foi transformado ao longo das últimas décadas. Conforme matéria publicada pelo *The Guardian* (2018), apenas um em cada vinte torcedores deseja assistir os 90 minutos do jogo em pé. As mudanças promovidas pelo neoliberalismo tiveram sucesso ao alterar diversas dinâmicas no país, e a nova hegemonia neoliberal se consolidou no futebol, espaço que diversos autores consideram como a maior paixão nacional.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho foi desenvolvido buscando entender quais foram os embates e transformações sociais presentes no processo de consolidação da hegemonia neoliberal no Reino Unido a partir do governo de Margaret Thatcher, tendo este espaço do futebol como um ambiente em que foi realizada a investigação. Conforme Cox (1983), essa hegemonia se consolida quando o consenso prevalece sobre a coerção como a maneira de determinar conformidade dos modos de agir e a adoção dos princípios ideológicos de quem governa na maior parte do tempo para o maior número de pessoas. Este processo ocorreria, então, por meio dos aparatos e mecanismos hegemônicos da classe dominante, que criariam nos cidadãos certos modos de comportamentos e expectativas que estão alinhados à nova ordem que se cristaliza. De maneira inicial, essa lente permitiu identificar os processos que transformaram a sociedade britânica da década de 1980, consolidando-a dentro das normas e ideias pelas quais se sustenta o neoliberalismo.

A eleição de Margaret Thatcher marcou o ponto de ruptura no modelo de racionalidade social-democrata que estava em crise, e a partir de então, durante os onze anos em que Thatcher ficou no poder, o neoliberalismo foi alçado a uma posição hegemônica, alterando profundamente o funcionamento da sociedade inglesa. Para as Relações Internacionais, como visto, Cox (1981; 1983) propõe duas premissas que fundamentam o debate aqui proposto. Em primeiro lugar, o autor afirma que a entidade básica da disciplina é o par Estado-sociedade, e, segundo, apoiando-se em Marx, entende a sociedade a partir da estrutura e da superestrutura, ou seja, das relações de produção e das ideias. Consequentemente, coube a este trabalho analisar as transformações nestas duas esferas, e perceber seus desdobramentos com relação ao sistema internacional. O projeto neoliberal, como visto, tinha como objetivo principal restaurar o poder da elite com relação à classe trabalhadora que havia sido diluído após décadas em que o estado de bem-estar social era o modelo hegemônico. Os dados de Piketty (2020), trazidos anteriormente, retratam que na prática a meta foi atingida, a desigualdade social cresceu no Reino Unido; os ricos ficaram mais ricos e os pobres ficaram mais pobres a partir do governo Thatcher, revertendo uma tendência que se fazia presente no país desde a década de 1910.

Visando este objetivo, o governo conservador inglês adotou uma série de ações político-administrativas que posicionaram o Reino Unido na rota rumo a uma sociedade neoliberal. Por meio de um governo inflexível e decidido, Thatcher conseguiu colocar em voga medidas que mudaram radicalmente o papel do Estado no país. Neste sentido, de maneira geral, o que se fez

foi reduzir os salários, aumentar o exército de mão-de-obra de reserva, diminuir o custo dos programas de assistência social, e aliviar a taxaço dos grupos mais abastados da sociedade. Na prática, isto se deu por meio de reformulaçoões nos setores de saúde, educação, moradia e trabalho, por exemplo. Não obstante, parece contraintuitivo pensar que um governo que desenha medidas com este caráter impopular consiga se reeleger duas vezes. Neste ponto é que a teoria de Cox (1981) é fundamental para a compreensão destes processos. Para o autor, conforme apresentado anteriormente, a hegemonia só se consolida a partir do consenso, e, no caso inglês, este consenso foi formado a partir de uma transformação do indivíduo daquele tempo, por meio da transformação das ideias e das instituições que compunham os aparelhos da classe dominante. Em um par Estado/sociedade, um modelo de racionalidade atrelado aos interesses da classe dominante está presente em sua estruturaçoão; e esta racionalidade busca gerar uma legitimidade para o exercício do poder alinhado aos objetivos dos governantes.

Para a doutrina neoliberal, então, os objetivos políticos mais tangíveis, como os citados anteriormente, precisavam ser acompanhados pelo estabelecimento de uma nova racionalidade, de uma nova normatividade que fizesse com que os indivíduos fossem aquiescentes ao novo estado das coisas. É neste sentido que, como visto, Han (2017) propõe-se a debater o funcionamento do poder na sociedade neoliberal. Para o autor, uma das grandes habilidades do neoliberalismo está relacionada ao fato de que a técnica de poder posta em prática pelo regime assume uma forma sutil, flexível e inteligente, que se dissipa perante os sujeitos. Nesse contexto, a submissão dos sujeitos existe ao mesmo tempo que todos pensam que são livres e independentes; pois, esta técnica aplicada trabalha para fazer com que as pessoas, por si mesmas, se submetam ao contexto de dominaçoão que interessa à elite. Modela-se os interesses e a satisfação das pessoas de uma maneira em que elas se mantenham dependentes daquilo que a racionalidade neoliberal quer que elas sejam dependentes, por exemplo o consumo (HAN, 2017). Essa subjetivaçoão que modela as normas de comportamento acompanha todos os indivíduos desde o seu nascimento, sendo difundidos por meio do que Casara (2021) chama de “conjunto educacional”, ou seja, a família, a igreja, a escola, a universidade, a mídia. Estes elementos são, basicamente, os aparatos da classe dominante citados por Cox (1981); e neles, são transmitidos dogmas, regras e ideologias que ajudam a sedimentar normas e ideias que formam um determinado modo de existência no mundo.

Conforme Casara (2021), em linhas gerais, o objetivo da racionalidade neoliberal é fazer dos valores e dos interesses do mercado os condicionantes da ação humana. Todas as esferas da vida devem passar a ser pensadas conforme critérios econômicos e cálculos de custo-benefício. O mercado, no neoliberalismo, se organiza a partir do princípio da concorrência; assim, na esfera individual, é este elemento que vai passar a organizar a vida dos cidadãos que passam a viver em uma constante busca pela maximização do seu capital humano em competição com os outros indivíduos que são transformados em rivais no mercado. Os trabalhadores passam a ser exploradores de si, isolados e individualizados em um meio competitivo. Os relacionamentos livres de qualquer propósito desaparecem, e não há amizade desinteressada entre empreendedores, dificultando cada vez mais a formação de laços sociais e afetivos. A consciência de classe é inviabilizada, o egoísmo se torna uma virtude e as coletividades são enfraquecidas; já que não há mais motivos para se pensar em termos de grupo, pois a vitória e o fracasso são vendidos e tidos como exclusivamente individuais (CASARA, 2021).

Este novo modelo de cidadão passou a ser influenciado pelas políticas adotadas pelo governo de Thatcher em importantes âmbitos da organização da sociedade. Como discutido, as medidas governamentais adotadas para consolidar o neoliberalismo carregavam justificativas não só econômicas, mas também sociais que visavam transformar todo o âmbito social. Com o *Housing Act*, em 1980, as moradias comunitárias construídas e gerenciadas pelo governo foram transformadas em propriedades privadas que podiam ser adquiridas pelas pessoas. Em uma análise relacionada ao espectro financeiro, percebe-se uma abertura para novos investimentos, beneficiando os detentores de capital e criando um novo espaço para a especulação imobiliária se expandir. No entanto, do ponto de vista psicológico e individual, transforma-se também a lógica da vida em sociedade, atrelando o direito à moradia às condições financeiras de cada um. A partir do dinheiro é que se poderá ter acesso a elementos básicos que antes eram fornecidos pelo Estado. Como o capital tornou-se o medidor do sucesso em todas as esferas, cabe a cada um lutar no mercado para garantir financeiramente o acesso a tudo na sociedade. Conforme Scott-Samuel (2014), deste modo reforça-se a concorrência entre todos, o cenário de competição passa a ser generalizado, apoiado por legislações deste tipo em diversas setores. Ao longo da pesquisa, foram abordadas transformações em torno da área e no âmbito educacional. Em ambos os casos, o capital passou a ser aquilo que permite que um indivíduo possa usufruir de determinados serviços, que antes eram garantidos pelo seu *status* de cidadão.

Estes elementos atestam, em termos práticos, o percurso de mudança hegemônica desenhado por Cox (1981; 1983). Com a mutação das capacidades materiais, das ideias e das instituições realizada por um novo grupo que assumiu o poder no Reino Unido, foram gerados novos desenhos para as forças sociais, para a forma de existência do Estado e, em certa medida, desdobramentos para a ordem internacional. Neste aspecto, com a finalidade de capturar estas transformações, buscou-se olhar para o futebol, entendido aqui como um espaço promotor de coletividades e comunidades, com grande importância para a sociedade inglesa durante o Século XX e que, como visto, possui uma ligação direta com a identidade da classe trabalhadora. Além disso, o futebol, diferentemente da questão sindical, por exemplo, não carregava em si uma disputa econômica latente entre os detentores do capital e a classe trabalhadora, portanto, tornou-se possível enxergar disputas sociais e ideológicas que ultrapassam esta esfera.

De maneira inicial, procurou-se classificar o futebol como um espaço em que se criam comunidades, se estreitam laços sociais; um local no qual a individualização e o auto-interesse neoliberais não são a lógica que organiza as ações dos cidadãos. Neste sentido, foi possível identificar o papel que os estádios, como locais de congregação entre os torcedores, na promoção destas coletividades guiadas por um diferente tipo de pensamento e comportamento. A partir disso, a análise das medidas adotadas pelo governo Thatcher para reprimir os movimentos sindicais e as torcidas de futebol se mostrou fundamental para que fosse possível perceber de que modo Thatcher conseguiu intervir no espaço do futebol, transformando-o e caracterizando-o de uma nova maneira, estando esta alinhada aos valores e às normas neoliberais.

Como visto, a partir da década de 1980, o futebol no Reino Unido teve suas bases alteradas profundamente. De maneira inicial, ao criminalizar os *hooligans*, o governo, apoiado pela mídia, conseguiu criar uma visão negativa do futebol, associando-o à violência e classificando-o como uma atividade que não condizia com o padrão de vida inglês daquele tempo. Ao longo do seu mandato, Thatcher deu inúmeras declarações públicas em que deixava nítido seu desprezo pelo esporte mais popular do país, associando essa retórica com ações práticas que alteraram a identidade que o futebol possuía. Com isso, a gama de torcedores que poderiam frequentar os jogos foi reduzida, em um movimento de elitização dos estádios iniciada por meio de uma legislação que proibia o ato de torcer em pé. Assim, os clubes tiveram que acabar com as arquibancadas, tendo que arcar com reformas para transformar seus estádios em *all seated*. Deste modo, a classe trabalhadora foi afastada do jogo, em uma batalha travada por

Thatcher que almejava a destruição daqueles vínculos sociais que unificavam os trabalhadores. O jogo de futebol se tornou um espaço cada vez mais individualizado; as antigas atmosferas dos estádios, geradas principalmente nas arquibancadas, foram desaparecendo. Cada torcedor, que neste processo passou a ser um homem mais rico e mais velho, a partir de então sentava confortavelmente em seu assento para consumir um produto.

Também como resultado desse processo, os clubes, que antes seguiam modelos associativos, se tornaram empresas em que o objetivo final é gerar lucro para os acionistas. A experiência de frequentar um jogo foi condicionada aos interesses da televisão e dos anunciantes; horários inconvenientes para os torcedores se tornaram o comum. Todas estas mudanças, geradas no processo de consolidação da hegemonia neoliberal no Reino Unido, por meio de alterações nas estruturas históricas trazidas na obra de Cox (1981), tiveram efeitos nos três níveis de análise que o autor afirma existir, e essa interconexão entre os elementos pode ser verificada a partir do entendimento de que a Inglaterra foi uma vanguarda para transformações semelhantes no espaço do futebol pelo mundo inteiro. Assim, o ciclo hegemônico que Cox (1983) propôs se completa e a hipótese desta pesquisa se confirma. O governo de Thatcher atuou diretamente no futebol visando a consolidação do regime neoliberal que estava sendo posto em prática. A identidade do jogo, atrelada à classe trabalhadora, foi um dos elementos que motivaram o governo a tomar estas ações. Porém, o que se destaca é que a essência coletiva do jogo era incompatível com o modelo de sujeito individualizado e autointeressado desenhado pelo neoliberalismo, assim, chocam-se racionalidades distintas, e no caso do futebol inglês, por enquanto quem está vencendo é o neoliberalismo. Não obstante, conforme Laval (2020), recuperando Bourdieu, preservar os espaços coletivos em que o autointeresse não é a lógica estruturante das relações é fundamental para que seja possível combater o neoliberalismo. Neste sentido, este trabalho procurou dar luz a esta discussão e enfatizar a importância que o esporte possui para a sociedade.

REFERÊNCIAS

AMITAV ACHARYA; BUZAN, Barry. **The making of global international relations: rethinking the social sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: EMIR SADER; PABLO, Gentili; ATÍLIO BORÓN; et al. **Pós-Neoliberalismo : as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1995.

ARMSTRONG, Gary; YOUNG, Malcolm. Fanatical football chants: Creating and controlling the carnival. **Culture, Sport, Society**, London, v. 2, n. 3, p. 173–211, 1999. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14610989908721852>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Liquid Modernity**. Cambridge: Polity Press, 2000.

BBC. **BBC ON THIS DAY | 28 | 1979: Early election as Callaghan defeated**. London, 2019. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/march/28/newsid_2531000/2531007.stm. Acesso em: 15 mar 2023.

BBC. The Thatcher years in statistics. **BBC News**, London, 9 abr. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-22070491>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BECKETT, Andy. **Promised You A Miracle**. London: Penguin, 2015.

BROWN, Adam; CRABBE, Tim; MELLOR, Gavin. ENGLISH PROFESSIONAL FOOTBALL AND ITS COMMUNITIES. **International Review of Modern Sociology**, Tacoma, v. 32, n. 2, p. 159–179, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41421240?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.

CAMPBELL, Thomas. “The enemy within”: football hooliganism and the Miners’ Strike. **Sport in History**, Oxfordshire, v. 43, n. 1, p. 81–102, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17460263.2022.2091654>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021

CHARLESTON, Stephanie. The English football ground as a representation of home. **Journal of Environmental Psychology**, Amsterdam, v. 29, n. 1, p. 144–150, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/25388420/The_English_football_ground_as_a_representation_of_home. Acesso em: 15 mar. 2023.

CLELAND, Jamie. The English Premier League in a global context. *In*: ELLIOT, Richard. **ENGLISH PREMIER LEAGUE: a socio cultural analysis**. London: Routledge, 2019.

COHEN, Anthony. **The Symbolic Construction of Community**. London: Tavistock, 1985.

COX, Robert. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium: Journal of International Studies**, London, v. 12, n.1, p. 162-175, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298830120020701>. Acesso em: 17 set. 2022.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126–155, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298810100020501>. Acesso em: 17 set. 2022.

COX, Robert. The Crisis in World Order and the Challenge to International Organization. **Cooperation and Conflict**, v. 29, n. 2, p. 99–113, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010836794029002001>. Acesso em: 17 set. 2022.

DA MATTA, Roberto. **Universo do futebol**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Néolibéralisme et subjectivation capitaliste. **Cités**, Paris, v. 41, n. 1, p. 35, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cites-2010-1-page-35.htm>. Acesso em: 15 mar. 2023

DELOITTE. **Deloitte Football Money League**. London, 2022. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/uk/en/pages/sports-business-group/articles/deloitte-football-money-league.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

DEVETAK, Richard; BURKE, Anthony; GEORGE, Jim. **An introduction to international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DUKE, Vic. Local Tradition Versus Globalisation: Resistance to the McDonaldisation and Disneyisation of Professional Football in England. **Football Studies**, Liverpool, v.5, n.1, p. 5-23, 2005. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/messages/downloadsexceeded.html>. Acesso em: 17 set. 2022.

DUNN, M; SMITH, S. Economic Policy and Privatisation. *In*: SAVAGE, S; ROBINS, L. **PUBLIC POLICY UNDER THATCHER**. New York: Macmillan, 1990.

DUNNING, Eric. TOWARDS A SOCIOLOGICAL UNDERSTANDING OF FOOTBALL HOOLIGANISM AS A WORLD PHENOMENON. **European Journal on Criminal Policy and Research**, New York, v. 8, n. 2, p. 141–162, 2000. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1008773923878>. Acesso em: 15 mar. 2023.

EDWARD CARR. **The twenty years' crisis, 1919-1939; an introduction to the study of international relations**,. New York: Harper & Row, 1964.

ELLIOTT, D., FROSDICK, S. and SMITH, D. (1999) 'The failure of legislation by crisis'. *In*: FROSDICK,S; WALLEY, L. **Sport and Safety Management**. Oxford: Butterworth-Heinemann. 1999. p. 11-30.

FRIEDEN, Jeffrey A. **Capitalismo global**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FROSDICK, Steve; MARSH, Peter. **Football hooliganism**. Cullompton: Willan, 2015.

GAFFNEY, Christopher Thomas. **Temples of the earthbound gods : stadiums in the cultural landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires**. Austin: University of Texas Press, 2008.

GAMBLE, Andrew. **The free economy and the strong state: the politics of Thatcherism**. Hampshire: Macmillan, 1994.

GILPIN, Robert. **Global political economy: understanding the international economic order**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

HALL, Stuart. The Treatment of "Football Hooliganism" in the Press. *In*: INGHAM, R.; DONOVAN, J. **"FOOTBALL HOOLIGANISM": THE WIDER CONTEXT**. London: Inter-Action Inprint, 1978.

HAN, Byung-Chul. **Psychopolitics: neoliberalism and new technologies of power**. London: Verso, 2017.

HARRIS, Dominic. **Thatcher government set up war cabinet to deal with football fans**. London, 2016. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/margaret-thatcher-s-government-thought-football-fans-so-violent-she-set-up-a-war-cabinet-a6883226.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

HILLSBOROUGH (Temporada 1, ep, 1). 30 for 30: Soccer Stories [Seriado]. Direção: Daniel Gordon. Produção: Daniel Gordon. Estados Unidos: Produtora ESPN Films, 2014 (105 min).

HIP. **The Report of the Hillsborough Independent Panel**. London, 2012. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/229038/0581.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOLT, Richard. **Sport and the British: a modern history**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

IRLAN SIMÕES. **Clube Empresa**. Rio de Janeiro: Editora Na Bancada, 2021.

KELLY, Andy. **History of Arsenal ticket prices since 1980**. London, 2015. Disponível em: <http://www.thearsenalhistory.com/?p=8148>. Acesso em: 15 mar. 2023.

KITCHING, Gavin. The Origins of Football: History, Ideology and the Making of ‘The People’s Game’. **History Workshop Journal**, Oxford, v. 79, n. 1, p. 127-153, spring, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/hwj/dbu023>. Acesso em: 17 set. 2022.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

MACSMITH, Andy. **No such thing as society**. London: Constable, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASON, Tony. **Sport in Britain: a social history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

McVICAR, Malcolm. Education Policy: Education as a Business?. *In*: SAVAGE, S; ROBINS, L. **PUBLIC POLICY UNDER THATCHER**. New York: Macmillan, 1990.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **2 de abril: Día del Veterano y de los Caídos en la Guerra de Malvinas**. Buenos Aires, 2019. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/2-de-abril-dia-del-veterano-y-de-los-caidos-en-la-guerra-de-malvinas-0>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MOORE, Charles. **Margaret Thatcher: the authorized biography, from Grantham to the Falklands**. New York: Penguin, 2015.

MULLEN, Tom. Heysel disaster: English football's forgotten tragedy? **BBC News**, London, 29 maio 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-england-merseyside-32898612>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MURPHY, Patrick; WILLIAMS, John; DUNNING, Eric. **Football on trial. Spectator violence and development in the football world**. London: Routledge, 1990.

NIGEL, HUDDLESTONE. **Safe standing at football stadiums to be rolled out next season**. London, 2022. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/safe-standing-at-football-stadiums-to-be-rolled-out-next-season>. Acesso em: 15 mar. 2023.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. **The history of strikes in the UK - Office for National Statistics**. London, 2015. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/employmentandlabourmarket/peopleinwork/employmentandemployeetypes/articles/thehistoryofstrikesintheuk/2015-09-21>. Acesso em: 15 mar. 2023.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. **Unemployment Rate (aged 16 and over, Seasonally adjusted) - Office for National Statistics**. London, 2023. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/employmentandlabourmarket/peoplenotinwork/unemployment/timeseries/mgsx/lms>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PALMER, Ewan. **Hillsborough report: "Cover-up was Thatcher's thank you for South Yorkshire Police Role in miners' strike"**. London, 2012. Disponível em:

<https://www.ibtimes.co.uk/hillsborough-south-yorkshire-police-cover-disaster-384044>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PIKETTY, Thomas. **Capital and ideology**. Cambridge: Harvard University Press, 2020.

RIGG, David. Time to take a stand? The law on all-seated stadiums in England and Wales and the case for change. **The International Sports Law Journal**, New York, v. 18, n. 3-4, p. 210–218, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40318-018-0136-9>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RUBINSTEIN, William D. **Twentieth-Century Britain**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003.

RUSSELL, David. Associating with Football: Social Identity in England 1863-1998. *In*: ARMSTRONG, Gary. **FOOTBALL CULTURES AND IDENTITIES**. New York: Springer, 1999. p. 15-28.

SAVAGE, Stephen P. A War on Crime? Law and Order Policies in the 1980s. *In*: SAVAGE, S; ROBINS, L. **PUBLIC POLICY UNDER THATCHER**. New York: Macmillan, 1990.

SCAGLIA, Alcides José. **O futebol e os jogos/brincadeiras de bola com os pés: todos semelhantes, todos diferentes**. 2003. 187 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - UNICAMP, Campinas, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2003.299715>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SCOTT-SAMUEL, Alex *et al.* The Impact of Thatcherism on Health and Well-Being in Britain. **International Journal of Health Services**, Thousand Oaks, v. 44, n. 1, p. 53–71, 2014.

TAYLOR, Ian. On the Sports Violence Question: Soccer Hooliganism Revisited. *In*: HARGREAVES, J. **SPORT, CULTURE AND IDEOLOGY**. London: Routledge & Kegan Paul, 1982.

UNITED KINGDOM. UK Public General Acts. **Public Order Act**. London, 1986.

UNITED KINGDOM. UK Public General Acts. **Sporting Events (Control of Alcohol etc.) Act**. London, 1985.

WALVIN, James. **The people's game: the history of football revisited**. London: Mainstream Publisher, 2004.

WORLD BANK. **GINI index (World Bank estimate) - United Kingdom | Data**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=GB>. Acesso em: 15 mar. 2023.

WRIGHT, Sean. **10 most watched soccer leagues**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.redbull.com/us-en/most-watched-soccer-leagues>. Acesso em: 15 mar. 2023.